

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA MICRORREGIÃO DE
FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO 1986-2000

Acadêmica: Michele Vieira

Florianópolis, março de 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA MICRORREGIÃO DE
FLORIANÓPOLIS NO PERÍODO 1986-2000

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por Michele Vieira

Orientador: Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira

Área de Pesquisa: Economia do Trabalho

Palavras-Chaves: 1. Emprego formal

2. Emprego na microrregião de Florianópolis

Florianópolis, março de 2003.

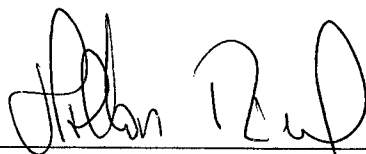
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONOMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 (oitos) à aluna Michele Vieira,
na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

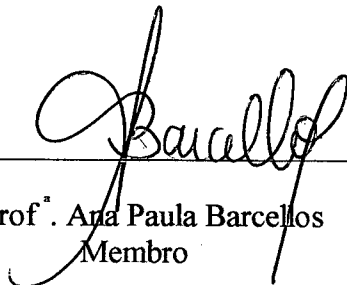
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira
Presidente



Prof. Helton Ricardo Ouriques
Membro



Prof. Ana Paula Barcellos
Membro

RESUMO

O mercado de trabalho formal vem passando por inúmeras mudanças no decorrer dos últimos anos. O presente trabalho busca analisar a evolução do emprego formal na microrregião de Florianópolis, que é composta por nove municípios: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara no período de 1986 a 2000. Os dados foram obtidos através da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho, da qual foram utilizados dados estatísticos referentes aos 26 subsetores aceitos pelo IBGE.

Através da análise dos dados e da teoria pesquisada foi possível constatar que o mercado de trabalho tanto em nível nacional como regional está sofrendo um processo de mudanças no perfil dos postos formais de trabalho. Na microrregião de Florianópolis houve um pequeno aumento nos postos formais de trabalho, porém esse aumento foi insuficiente para absorver toda a população economicamente ativa.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1- Emprego formal na microrregião de Florianópolis 1986 a 2000 -----	26
Gráfico 2- Emprego formal em Santa Catarina e Florianópolis 1986-2000 -----	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição percentual dos ocupados nas principais regiões metropolitanas-----	09
Tabela 2- População de Santa Catarina (1985-1999)-----	19
Tabela 3- População total dos municípios da microrregião de Florianópolis -----	21
Tabela 4- População economicamente ativa em Florianópolis 1996 -----	22
Tabela 5- Número de empresas em Florianópolis em relação ao número de funcionários ----	23
Tabela 6- Produto interno bruto do núcleo da Região Metropolitana de Florianópolis -----	23
Tabela 7- Número de PFT na microrregião de Florianópolis entre 1986-2000 -----	25
Tabela 8- Microrregião de Florianópolis – subsetores que criaram empregos -----	31
Tabela 9- Microrregião de Florianópolis – 10 principais subsetores responsável pela criação de empregos -----	32
Tabela 10- Microrregião de Florianópolis – setores responsáveis pelo aumento PFT-----	33
Tabela 11- Microrregião de Florianópolis – subsetores que destruíram empregos -----	34
Tabela 12- Microrregião de Florianópolis - distribuição dos PFT por faixa etária -----	36
Tabela 13- Microrregião de Florianópolis – distribuição dos PFT por nível de escolaridade -	37
Tabela 14- Microrregião de Florianópolis – distribuição por faixa de remuneração em dezembro-----	38
Tabela 15- Microrregião de Florianópolis- distribuição por sexo -----	39
Tabela 16- Representação por subsetores PFT da microrregião de Florianópolis em relação ao Estado -----	41
Tabela 17- Evolução do emprego formal na microrregião de Florianópolis e no Estado de Santa Catarina -----	42

LISTA DE SIGLAS

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PEA – População Economicamente Ativa

PFT – Postos Formais de Trabalho

PIA – População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNEA – População não Economicamente Ativa

RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais

LISTA DE ANEXOS

Tabela 1- Percentual de PFT de SC por setor em função da remuneração em dezembro.

Tabela 2- Percentual de PFT de SC por setor em função do grau de instrução.

Tabela 3- Percentual de PFT de SC por setor em função da faixa etária.

Tabela 4- Percentual de PFT de SC por setor em função do tamanho da empresa.

Tabela 5- Percentual de PFT de SC por setor em função do tempo de emprego.

Tabela 6- Percentual de PFT de SC por setor em função do gênero.

Tabela 7- Gráfico do emprego formal em Santa Catarina no período de 1986 a 1999.

Tabela 8- Total de PFT na microrregião de Florianópolis.

Tabela 9- PFT em Santa Catarina

Tabela 10- Análise comparativa da microrregião de Florianópolis e do Estado de Santa Catarina.

Tabela 11- PFT na microrregião de Florianópolis, por subperíodos selecionados.

SUMÁRIO

RESUMO.....	IV
LISTA DE FIGURAS-----	V
LISTA DE TABELAS -----	VI
LISTA DE SIGLAS -----	VII
LISTA DE ANEXOS-----	VIII
Capítulo I – Problemática -----	01
1.1 Introdução -----	01
1.2 Formulação da situação problema -----	02
1.3 Objetivos -----	04
1.3.1 Geral -----	04
1.3.2 Específicos -----	04
1.4 Procedimentos metodológicos -----	04
1.4.1 Natureza do estudo -----	04
1.4.2 Característica do estudo -----	04
1.4.3 Técnica de coleta de dados -----	06
1.5 Outros -----	06
1.5.1 Revisão de trabalhos empíricos -----	06
1.5.2 Referencial analítico – definição de termos -----	07
Capítulo II – Transformações no mercado de trabalho: uma revisão bibliográfica -----	12
2.1 A crise do emprego mundial -----	12
2.2 Evolução do mundo do trabalho no Brasil -----	14
Capítulo III – Região de Florianópolis: um situar sócio econômico -----	18

3.1 Aspecto sócio econômico de Santa Catarina -----	18
3.2 Aspecto sócio econômico de Florianópolis -----	19
Capítulo IV – Análise do emprego formal: resultados e discussões -----	24
4.1 Emprego formal na microrregião de Florianópolis – transformações no mercado de trabalho -----	24
4.2 Análise geral -----	25
4.2.1 Análise por subperíodos -----	26
4.3 Análise por subsetores-----	30
4.3.1 Subsetores que criaram PFT-----	30
4.3.2 Subsetores que destruíram PFT-----	34
4.4 Análise qualitativa dos postos formal de trabalho na microrregião de Florianópolis no período de 1986-2000 -----	35
4.4.1 Análise por faixa etária-----	35
4.4.2 Análise por escolaridade-----	37
4.4.3 Análise por remuneração-----	38
4.4.4 Análise por gênero-----	39
4.5 Análise comparativa da microrregião de Florianópolis com o Estado de SC-----	40
Capítulo V – Considerações finais -----	47
Capítulo V – Referências -----	49
Capítulo VII - Anexos -----	52

1 A PROBLEMÁTICA

1.1 Introdução

Este trabalho soma-se a outros dedicados ao estudo do emprego formal nos municípios de Santa Catarina, Stallivieri (2002) estudou as microrregiões de Blumenau e Itajaí, Sousa (2002) microrregião Sul Catarinense, Goetten (2001) microrregião de Lages, e tem por finalidade analisar a evolução do emprego formal na microrregião de Florianópolis, no período de 1986 a 2000.

A microrregião de Florianópolis é constituída de nove municípios: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara. Nela, o município de Florianópolis destaca-se como centro regional, na prestação de serviços, comércio e como centro político-administrativo.

Um dos aspectos mais importantes da nossa sociedade e, não muito diferente aqui na microrregião de Florianópolis, diz respeito ao emprego. Quando nascemos já somos educados a crescer para o trabalho.

Com o objetivo de averiguar as mudanças que estão ocorrendo no mercado de trabalho, efetuaremos uma análise geral de Santa Catarina, com ênfase na microrregião de Florianópolis, no período de 1986 a 2000. Buscando verificar se as mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho afetam o emprego formal da microrregião de Florianópolis.

Este estudo está dividido da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, apresentaremos a formulação da situação-problema, o objetivo geral, os objetivos específicos e a metodologia utilizada para alcançar tais objetivos.

No segundo capítulo, faremos uma revisão da bibliografia para averiguar os fatos que estão ocorrendo no mercado de trabalho formal em âmbito nacional e regional.

No terceiro capítulo, faremos uma introdução sobre os fatores econômicos e sociais de Santa Catarina e da microrregião de Florianópolis.

No quarto capítulo, estaremos analisando o mercado de trabalho formal na microrregião de Florianópolis no período de 1986 a 2000 nos 26 subsetores selecionados (subsetores estes aceitos RAIS/IBGE)¹, com o objetivo de discutirmos os resultados alcançados.

Por fim, no quinto capítulo, apresentaremos as considerações finais.

1.2 Formulação da situação problema

A visão que temos quando falamos do mundo do trabalho é aquela criada pela Revolução Industrial, onde o capitalista reunia em um prédio, uma grande quantidade de máquinas, equipamentos, matérias-primas e trabalhadores, organizados dentro de uma técnica, com a finalidade de produzir riquezas.

O mundo tem passado por diversas transformações nas últimas décadas, causadas pela globalização e pelo fantástico progresso tecnológico dos derradeiros vinte anos. Paradigmas vêm sendo quebrados em todos os campos da sociedade, forçando as pessoas a se adaptarem à nova realidade.

Estamos vivendo uma crise estrutural, as formas tradicionais de trabalho diminuem, relativamente substituídas pelas máquinas, pelos sistemas informatizados e pela integração das plantas produtivas em escala que reduzem o trabalho em grandes quantidades. Num mundo organizado a partir do trabalho assalariado, a perda do emprego afeta a integração social do indivíduo e sua identidade pessoal.

Nos últimos anos, o Brasil passou por um processo veloz de redução de postos de trabalho na economia formal, o que fez com que milhões de trabalhadores perdessem os seus empregos, desde jovens até profissionais maduros, que trabalhavam com carteira assinada e gozavam de direitos existentes em lei. Como é muito pequena a cobertura pelo seguro-desemprego, um dos caminhos mais fáceis para os trabalhadores sem emprego é partir para

¹ O último subsetor será desconsiderado do trabalho pois diz respeito a outros ou ignorados. Tendo pouca representatividade em relação ao total de PFT.

informalidade², para o trabalho por conta própria, ou para a montagem de microempresa com contratações sem carteira assinada, como alternativa de obtenção de uma renda .

De acordo com Mattoso (1994) as pesquisas do IBGE e do DIEESE-SEADE indicam que mais de 50% dos trabalhadores brasileiros ocupados nas grandes cidades encontram-se em algum tipo de informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro desemprego, FGTS.

As pessoas que não estão inseridas no mercado de trabalho formal ou informal encontram-se desempregadas. O desemprego é um dos principais problemas econômicos da atualidade. Segundo Leite (1994), o desemprego é hoje uma das maiores preocupações dos cientistas sociais e das autoridades, para não dizer da população em geral e de cada um de nós. É cada vez maior o número dos que vêm nele o mais sério perigo atual para a sociedade inteira, tanto nos países subdesenvolvidos como nos industrializados e ricos do primeiro mundo. Além de assustador, o fenômeno do desemprego é complexo, seus aspectos humanos, sociais, econômicos, previdenciários, psicológicos, jurídicos e outros se somam e se interpenetram, multiplicando seus efeitos nocivos.

Pelos mais diversos motivos (a globalização, o fator neoliberal, a mecanização da agricultura, a conseqüência do êxodo rural para o meio urbano, a crescente automatização das indústrias), o fato é que vivemos uma crise mundial de emprego, pouco se tem feito de concreto para resolver o problema.

Aceitando-se esses argumentos a pergunta que se faz é: o que aconteceu com o Estado de Santa Catarina e especificamente com a microrregião de Florianópolis, será que estão inseridos nessa tendência mundial com a estabilização, com a implantação do Plano Real, com a abertura da economia e a reestruturação produtiva? Será que esses processos estão mudando a estrutura produtiva quanto à organização do trabalho, à tecnologia, ao mercado de trabalho e às relações sindicais?

² O conceito de informalidade será abordado na página 8.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

- Analisar a evolução do emprego formal na microrregião de Florianópolis no período de 1986-2000.

1.3.2 Específicos

- Verificar em quais setores está ocorrendo a redução e o aumento do emprego formal;
- Identificar os aspectos econômicos da microrregião de Florianópolis que influenciam no emprego;
- Efetuar uma revisão bibliográfica sobre as transformações ocorridas no mercado de trabalho;
- Comparar o emprego formal de Santa Catarina com o da microrregião de Florianópolis.

1.4 Procedimentos metodológicos

1.4.1 Natureza do estudo

Para desenvolver este estudo, será utilizada uma abordagem quantitativa e qualitativa, na medida em que se trabalha com dados estatísticos já existentes e com fundamentos e indicadores teóricos.

1.4.2 Característica do estudo

Este estudo pode ser caracterizado como exploratório, descritivo, avaliativo e comparativo. É exploratório na medida em que permite o aprimoramento em torno de um problema específico (emprego formal), aprofundando seus estudos nos limites desta realidade (TRIVINOS, 1990). O estudo exploratório será feito para familiarizar o pesquisador com o

assunto da pesquisa. É descritivo, na medida em que descreve a realidade do emprego formal na grande Florianópolis, buscando as suas causas e efeitos, tendo como resultado uma análise avaliativa da realidade do mesmo. Estudo é comparativo na medida em que faz uma comparação da microrregião de Florianópolis com o Estado de Santa Catarina.

Para obter dados confiáveis acerca do emprego formal, a gestão governamental do setor do trabalho conta com importante instrumento de coleta de dados denominado Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75. Tem por objetivo, o suprimento das necessidades de controle da atividade trabalhista no País, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Os dados coletados pela RAIS constituem expressivos insumos para o atendimento das necessidades:

- da legislação da nacionalização do trabalho;
- do controle de registros do FGTS;
- dos Sistemas de Arrecadação e de Concessão e Benefícios Previdenciários;
- de estudos técnicos de natureza estatística;
- de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP.

De acordo com Ouriques e Vieira (1999), a RAIS apresenta como vantagem para investigação, o fato de representar um censo anual do emprego formal no país, pois todos os trabalhadores, independentemente da natureza do vínculo empregatício, são cadastrados pelo sistema.

Os dados apresentados no trabalho sobre o emprego formal na microrregião de Florianópolis foram obtidos através da RAIS. Para a análise, foram utilizados os anos de 1986 a 2000, sendo que os dados referentes ao ano 2000 foram obtidos através da RAIS preliminar. Não foram abordados os anos de 2001 e 2002, pois, no momento da coleta de dados, não se encontravam disponíveis para consulta.

Efetuiu-se, também, uma revisão por fontes bibliográficas em livros e publicações sobre o emprego formal principalmente na microrregião da grande Florianópolis, Santa Catarina e Brasil, bem como, um estudo dos aspectos econômico e social da região.

1.4.3 Técnica de coleta de dados

A pesquisa foi realizada com uso de dados secundários através de análise e avaliação da situação em questão. Destacando-se as publicações e relatórios sobre o emprego formal no Brasil, em Santa Catarina e principalmente na microrregião de Florianópolis. Os dados foram coletados do sistema RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) disponibilizado pelo Ministério do Trabalho em CD-ROM. E por fim, a utilização de artigos.

1.5 Outros

1.5.1 Revisão de trabalhos empíricos

Através da revisão de trabalhos empíricos realizados na UFSC, buscamos aproveitar as monografias que estudaram o emprego formal em Santa Catarina em várias microrregiões do Estado.

Marques (1999) estudou o emprego formal em diversos setores no município de Criciúma no período de 1991 a 1996 e concluiu que cada segmento da economia passou por uma crise (não tão acentuada como o carvão). Como consequência do aumento de mão-de-obra que ocorreu nessa região, o preço da força de trabalho sofreu uma redução em quase todos os setores.

Já Goetten (2001) realizou uma análise do emprego formal na microrregião de Lages no período de 1986 a 1999, constatando a ocorrência de uma mudança muito grande no mercado de trabalho. As atividades, antes importantes para a região, no que se refere à geração de empregos, vêm perdendo expressividade. Em linhas gerais, nos quatorze anos de análise, a região serrana catarinense teve um aumento no número de postos formais de trabalho - PFT porém, a oferta de emprego formal está aquém da demanda, caracterizada como população economicamente ativa - PEA.

O estudo realizado por Stallivieri (2002) desenvolveu uma análise empírica do mercado de trabalho formal nas microrregiões de Blumenau e Itajaí mostrando que houve a criação de postos formais de trabalho em níveis inferiores ao aumento do PEA; que está ocorrendo mudanças no peso relativo dos setores da atividade econômica em relação a alocação dos postos formais de trabalho; que existem níveis de criação de postos formais de trabalho discrepantes entre o Estado e as microrregiões. E por fim, constatou que muitas alterações ocorridas no mercado de trabalho dessas microrregiões estão de acordo com as novas tendências do mundo do trabalho, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. Esta mesma sincronia foi observada por Sousa (2002), na região Sul Catarinense.

1.5.2 Referencial analítico - definição de termos

Apresentaremos, a seguir, alguns conceitos importantes para a compreensão do trabalho, alguns dos quais já fazem parte do nosso cotidiano, porém, muitas vezes, são usados de forma errônea, como é o caso do conceito de mercado de trabalho e a distinção entre formal/informal.

Ao admitir a existência de um mercado de trabalho que, no essencial, se comportaria como o mercado de bens e serviços, a teoria neoclássica tendeu a considerar o trabalho como sendo um fator de produção homogêneo, atribuindo as desigualdades e diferenciações à distorções do mercado (Ouriques e Vieira, 1999).

O conceito de emprego formal está ligado ao aspecto legal, visto que o mesmo tem proteção do governo e dos sindicatos. Esta formalidade está relacionada ao cumprimento de normas legais que organizam a atividade econômica e o mercado de trabalho. No Brasil a formalidade do emprego se dá via carteira de trabalho registrada e contribuição para previdência social do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Já em contrapartida, existem os trabalhadores que não possuem registro em carteira de trabalho, porém, possuem um salário. Muitas dessas pessoas que partem para informalidade são pessoas que não encontram mais empregos no mercado formal de trabalho. Para Ouriques e Vieira (1999) o conceito de setor informal foi criado para designar um conjunto de atividades que não são passageiras, que têm uma função econômica importante.

Na visão de Macedo (1999) existem duas correntes que abordam a dualidade formal/informal através de uma perspectiva marxista:

- a) O informal corresponderia à pequena produção mercantil e, assim, o centro da atenção seria as relações entre o informal e a economia capitalista, à qual aquele está integrado e subordinado.
- b) A outra corrente também enfatiza a subordinação do informal ao formal, mas vê o primeiro como um setor marginal e como repositório do excedente de mão-de-obra que existiria no mercado como um todo. Essa subordinação do informal ao formal faz com que: 1) os baixos salários no setor informal funcionam como mecanismos de transferência de excedente para o formal; 2) a dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de acesso aos mercados de insumos e de produtos, controlados pelo setor formal.

Ainda hoje, esta segmentação das unidades produtivas é aceita por vários autores, possuindo a dominância acadêmica em relação às interpretações da informalidade a que criticam. Porém, Malaguti (1999) discorda dessa argumentação, visto que vem tentando demonstrar que: 1) existe vínculo entre os dois setores; 2) o critério legal é insuficiente; 3) novos critérios apreendem melhor o informal; 4) não existem os chamados setores formal e informal; 5) todos os setores, com maior ou menor ênfase, são penetrados pela informalidade; 6) apenas os trabalhadores estariam em situação de formalidade ou de informalidade; 7) o trabalho informal não existe independente do formal; 8) a existência de uma situação informal que se oponha a outra formal não pode ser teoricamente justificada etc.

Dentre os críticos da teoria do setor informal poderíamos ressaltar o nome de Bruno Lautier³, que demonstra convincentemente segundo Malaguti (1999), a impossibilidade de delimitações teóricas setoriais, a impossibilidade de fixar os limites de um setor “formal” que se oporia a outro denominado setor “informal”. Procura demonstrar que todos os trabalhadores, independente da situação concreta de trabalho que vivenciam, são todos assalariados em idéia. Com isso, o autor discorda da existência de uma dicotomia radical no interior da classe trabalhadora.

³ LAUTIER, B. La Girafe et la Licornes: secteur informel et système d'emploi en Amérique Latine. Paris, 1990. (Apud Malagutti, 1999).

Vê-se, ainda mais, que a divisão formal/informal não é tão simples e comporta muitas controvérsias. No entanto, para a presente pesquisa vamos considerar como emprego formal “todos os trabalhadores com vínculo empregatício, estabelecidos através da legislação oficial”.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE (1996) constatou que o número de empregados com carteira assinada tende a cair, enquanto o de empregados sem carteira e de pessoas que trabalham por conta própria (autônomos) continua crescendo, como podemos visualizar na tabela 1. Em consequência da redução do trabalho formal, cai o número de contribuintes para a previdência social de caráter oficial (nacional, estadual e municipal).

Tabela 1- Distribuição percentual dos ocupados nas principais regiões metropolitanas

	Dez 1989	Junho 1999
Assalariados sem carteira	59,5	44,7
Assalariados com carteira	18,4	26,9
Conta própria	17,7	23,5
Empregadores	4,4	4,9

Fonte: Sousa (2002 apud PME/IBGE)

Por fim, utilizaremos os conceitos utilizados pelo IBGE no que refere à população trabalhadora.

População economicamente ativa (PEA) compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada (que está trabalhando) e a população desocupada (pessoas sem trabalho, mais que estão dispostas a trabalhar).

População não economicamente ativa (PNEA) compreende as pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas. Pessoas que não estão dispostas a realizar nenhuma atividade produtiva.

População em idade ativa (PIA) compreende a população economicamente ativa e a população não economicamente ativa.

A população economicamente ativa se distribui pelos seguintes setores de atividade:

- a) Setor Primário – abrange a agricultura, a pecuária, a caça e a pesca;
- b) Setor Secundário – abrange as indústrias de transformação, a construção civil e a extração mineral;
- c) Setor Terciário – abrange as atividades ligadas à prestação de serviços, comércio, transporte, comunicação, atividades liberais, funcionalismo público, educação e outros.

Abaixo, relacionaremos as atividades econômicas, através dos dados obtidos da RAIS, levando em consideração os grandes setores e subsetores aceitos pelo IBGE.

- Extrativo Mineral.
- Indústria de Transformação:
 - Indústria de Produção de Minerais não Metálicos;
 - Indústria Metalúrgica;
 - Indústria de Material Elétrico e de Comunicações;
 - Indústria de Material de Transporte;
 - Indústria de Madeiras e de Móveis;
 - Indústria do Papel, Papelão e Indústria Gráfica;
 - Indústria de Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Indústria Diversas;
 - Indústria Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria;
 - Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos;

- Indústria de Calçados;
- Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Álcool Etílico;
- Indústria Mecânica.

- Serviço Industrial de Utilidade Pública.

- Construção Civil.

- Comércio:
 - Comércio Varejista;
 - Comércio Atacadista.

- Serviços:
 - Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização;
 - Transportes e Comunicações;
 - Serviço de Alojamento, Reparos, Manutenção;
 - Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários;
 - Administração de Imóveis, Valores Mobiliários e Serviços Técnicos Profissionais;
 - Ensino.

- Administração Pública.

- Agricultura.

2 TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O mundo do trabalho está sofrendo inúmeras mudanças. Muitos estudos e publicações foram dedicados à pesquisa do trabalho nas diferentes economias, não só os países pobres e subdesenvolvidos como também os países ricos e desenvolvidos, trazendo consigo problemas de difícil solução.

Desta forma, o capítulo se propõe a fazer uma breve síntese das mudanças que estão ocorrendo em nível mundial e, principalmente, em nível de Brasil.

2.1 A crise do emprego mundial

Em termos históricos, a primeira Revolução Industrial foi marcada pela inovação tecnológica que elevou a produtividade e reduziu o trabalho incorporado à produção. Já uma Segunda Revolução Industrial voltou a acentuar o desemprego e este, potenciado pela crise de 1929, levou as sociedades ao uso de políticas econômicas pró-emprego, de mecanismos de redução de jornada de trabalho, então com acentuada distribuição de renda. No início da década de 1970, ocorre uma nova revolução industrial, em meio à globalização financeira que favoreceu a especulação em detrimento do investimento e do crescimento econômico e a desregulação econômica neoliberal que favoreceu as empresas mais competitivas, ampliou o desemprego e a precarização das condições de trabalho. Isso tem um significado, uma mudança profunda nos processos produtivos e no mundo do trabalho.

Diversos autores⁴ têm apontado o fim do emprego como uma característica essencial dos novos tempos. Rifkin (1996) afirma que estamos vivendo uma terceira grande revolução industrial que vai ser muito diferente das anteriores. Na primeira, quem perdeu o emprego na agricultura foi para indústria. Na segunda quem saiu da indústria foi para os serviços. Agora, quando o setor de serviços está desmontado pela tecnologia, não há opção para o mercado formal. Para Rifkin (1996), a atual revolução científica não precisa mais de trabalho em massa.

⁴ Dentre eles Rifkin (1996) e Brigis (1995).

Brigis (1995) e Rifkin (1996) falam do fim do emprego em consequência do “desmonte” que a tecnologia ira trazer para área de serviços.

Para Bridges (1995) o emprego, tal como é conhecido atualmente, está com os dias contados. As oportunidades estão migrando para novas relações de trabalho (trabalhos temporários, de horário parcial, projetos com prazo determinado etc.).

O que se observa claramente ao fim do trabalho é que o mundo de hoje está ingressado em uma nova era, denominada de pós-industrial ou sociedade informacional. Já Castells (1999) concorda que há uma transformação do trabalho, dos trabalhadores e das organizações de nossas sociedades, porém discorda⁵, das categorias tradicionais de debates obsoletos sobre “o fim do trabalho” ou sua “desespecialização”.

Castells (1999) faz uma abordagem diferente em relação às teorias do pós-industrialismo e informacionalismo⁶. Uma nova tendência comum na evolução da estrutura do emprego, típica das sociedades informacionais, também exige uma variação histórica de modelos de mercado de trabalho segundo as instituições, a cultura e os ambientes políticos específicos. Em três pontos, o autor faz uma crítica à teoria do pós-industrialismo:

- a) Propõe mudar a ênfase analítica do pós-industrialismo para o informacionalismo. Nessa perspectiva, as sociedades serão informacionais, não só porque organizam seu sistema produtivo em torno de princípios de maximização da produtividade baseada em conhecimentos, mas porque o fazem por intermédio do desenvolvimento e da difusão de tecnologias da informação e pelo atendimento dos pré-requisitos para sua utilização.
- b) No segundo critério, o autor discorda de que para se considerar uma sociedade pós-industrial deva-se referir à mudança para as atividades de serviços e ao fim da indústria. Embora a maior parte dos empregos em

⁵ Autor como Rifkin (1995) têm como característica marcante os trabalhos prenunciadores de uma sociedade sem empregos é que eles não oferecem dados rigorosos e coerentes para suas afirmações, contando com recortes soltos de jornais, exemplos aleatórios de empresas de alguns países e setores e argumentos do senso comum sobre o impacto “óbvio” dos computadores no emprego

⁶ As teorias do pós-industrialismo e informacionalismo utilizam como maior prova empírica da mudança do curso histórico o aparecimento de uma nova estrutura social caracterizada pela mudança de produtos para serviços, pelo surgimento de profissões administrativas e especializadas, pelo fim do emprego rural e industrial e pelo crescente conteúdo de informação no trabalho das economias mais avançadas.

economias avançadas localize-se no setor de serviços, isso não quer dizer que as indústrias estejam desaparecendo ou que a estrutura e a dinâmica da atividade industrial sejam indiferentes à saúde de uma economia de serviços. Muitos serviços dependem de conexão direta com a indústria. A atividade industrial é importante para a produtividade e a competitividade da economia.

- c) Por fim, o terceiro prognóstico importante da teoria do pós-industrialismo refere-se à expansão das profissões ricas em informação, como cargos de administradores, profissionais especializados e técnicos, representando o cerne da nova estrutura ocupacional. Porém, o autor tem alguma ressalva, pois as sociedades informacionais também poderiam ser caracterizadas por uma estrutura social cada vez mais polarizada em que os dois extremos aumentam sua participação em detrimento da camada intermediária.

2.2 Evolução do mundo do trabalho no Brasil

Conforme Pochmann (2000) durante o período da industrialização nacional, entre 1930 e 1980, houve uma forte expansão do emprego assalariado, sobretudo com carteira assinada, e perda de importância do assalariamento informal e das ocupações dos não assalariados. Essas transformações estão basicamente associadas à urbanização acelerada e ao processo de industrialização que trouxe consigo a criação de um mercado interno.

Na década de 1980, o mercado de trabalho já vinha sofrendo os efeitos da estagnação e da elevada inflação, com redução do peso do emprego industrial, elevação da participação de trabalhadores sem contrato de trabalho, deterioração do poder de compra e aumento da desigualdade da renda dos indivíduos e famílias. De acordo com Mattoso (1996) estas condições do mercado de trabalho nacional só não foram mais agravadas na década referida, devido ao crescimento mais lento da população urbana, ao aumento do emprego no setor público e à preservação da estrutura industrial.

Assim, nos anos 1980 e sobretudo nos anos de 1990, o Brasil começa a sofrer mudanças nas formas de contratação de mão-de-obra. A combinação do desemprego e do

desassalariamento consolidou um cenário extremamente desfavorável a toda população ativa, mas atingiu mais duramente segmentos mais frágeis como jovens, mulheres e idosos. Tudo isso tem ocorrido coincidentemente com o novo modelo econômico de inserção passiva na economia mundial (POCHMANN, 2000).

Já nos últimos anos, a questão do desemprego tornou-se um dos pontos centrais da discussão sócio-econômica no Brasil. Dentre os diversos segmentos da economia, inúmeros autores, dentre eles Sabóia (2001) concordam que a indústria foi o setor mais atingido pelo desemprego e pela redução do nível de emprego. Coincidentes com a substituição da indústria pelo comércio e serviços como maiores geradores de empregos ocorreram: queda da taxa de assalariamento e aumento da participação dos sem carteira assinada no total de assalariados.

Para Mattoso (1996) na década de 1990, o Brasil do crescimento econômico e da mobilidade social parece ter desaparecido. No entanto, o desempenho econômico da década de 1990 não somente foi somente a metade do ocorrido nos anos de 1980, como foi o pior do século.

As políticas econômicas adotadas nas décadas de 1990 estavam longe de ser eficientes no amparo ao trabalhador brasileiro. Conforme Baltar, Henrique e Dedecca (1996), o período foi marcado pela estagnação econômica, abertura comercial indiscriminada e valorização cambial, o que levou as empresas a adotarem políticas defensivas de reestruturação, implicando em devastadora eliminação de postos de trabalho. Acrescentam ainda os autores, que esse período é marcado pela desvalorização da renda do trabalhador e pela significativa queda do poder de negociação dos sindicatos.

Singer (1998) considera que a exclusão social do emprego formal como sendo um dos mais importantes processos de exclusão social. A abertura do mercado interno do Brasil à competição internacional, que começou em 1990 e se acelerou em 1994, está altamente correlacionado com tal exclusão.

O processo de abertura econômica, que iniciou no Governo Collor, talvez seja o mais forte fator isolado a impactar a estrutura industrial brasileira e catarinense. As empresas, para sobreviverem, estão reduzindo custos, o que normalmente significa reduzir empregos (DIEESE,

1997). O resultado deste processo de abertura tem sido a quebra de inúmeras empresas e a redução drástica do emprego nos mais diversos setores da economia.

Saboia (2001) descreve que, após o crescimento econômico do triênio 1993/95 e a desaceleração observada em 1996/97, a economia brasileira viveu um novo período de estagnação em 1998/99. As conseqüências sobre o mercado formal de trabalho foram imediatas. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desligados (CAGED), houve redução de 778 mil empregos formais, no país, no biênio 1998/99.

Portanto, ao longo dos anos de 1990 foram queimados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira, sendo que desde que Fernando Henrique Cardoso assumiu em 1995 foi contabilizada uma queima de nada menos que 1,8 milhão de empregos formais, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados (CAGED) do Ministério do trabalho (MATTOSO, 1996). Observa-se, desta maneira, que a economia não está apenas paralisada há vários anos, mas profundamente desarticulada, desestruturada e submetida aos desígnios de uma elite doméstica antinacional e do capital financeiro internacional.

Diversos autores⁷ concordam com Saboia (2001) que, em busca de uma solução, defende a necessidade de crescimento econômico⁸ através de investimentos para gerar empregos e argumenta que o país poderia buscar uma outra alternativa onde a modernização e o crescimento da produtividade estivesse voltado para os setores cuja competitividade fosse obtida com produtos de maior valor agregado, resultando em empregos de melhor qualidade.

Além do baixo crescimento da economia, as razões do desemprego no Brasil têm sido a modernização do parque industrial e as novas formas de administração adotadas pelas empresas, medidas que reduziram a quantidade de posto de trabalho⁹. Os empresários também reclamam que a legislação trabalhista no Brasil e o excesso de encargos sobre os contratos de trabalho dificultam a expansão dos empregos, por isso tem feito pressão sobre os congressistas para que as leis sejam flexibilizadas¹⁰.

⁷ Dentre eles os já citados na página 4 desse trabalho.

⁸ Mattoso (1996) acrescenta que o desemprego e a precarização ocorrem, não por causa da inovação tecnológica e da produtividade, mas devido ao crescimento econômico medíocre e a estagnação do tempo de trabalho.

⁹ A eliminação de postos de trabalho pode ser atribuída a vários aspectos da reestruturação produtiva: introdução de máquinas automáticas, redução dos níveis hierárquicos, terceirização, racionalização do trabalho.

¹⁰ Ver monografia defendida pela acadêmica Duarte (2002).

De acordo com Singer (1998), o desemprego é uma doença de muitas causas. Todas estão presentes no Brasil: concorrência internacional, revolução tecnológica, mudanças nos métodos de produção, juros altos, crescimento anêmico e abertura comercial desordenada. A má educação e uma legislação trabalhista ultrapassada completam o quadro. Gerar empregos depende da remoção de todos esses obstáculos que formam uma rede de doenças entrelaçadas, cuja ponta do iceberg se manifesta no desemprego e na informalidade. “Gerar empregos e tirar proveitos dos novos postos de trabalho depende da conjunção de três fatores: crescimento, educação e legislação”. (SINGER, 1998)

Por fim, podemos perceber que a crise do emprego, principalmente do emprego formal, faz parte da nossa realidade. Não só os países subdesenvolvidos como o Brasil mas, também, os países ricos e desenvolvidos de primeiro mundo estão enfrentando problemas em absorver grande número de trabalhadores a procura de emprego. Muitas são as causas como vimos no decorrer do trabalho, porém pouco tem sido feito para solucionar essa situação. O que podemos perceber é que as pessoas que não encontram um lugar na economia formal (com carteira assinada) buscam na economia informal uma maneira de garantir o seu sustento.

3 REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS: UM SITUAR SÓCIO-ECONÔMICO

No presente capítulo, apresentaremos os aspectos sócio-econômicos do Estado de Santa Catarina e da microrregião de Florianópolis. Para que, através dele, possamos ter uma melhor visualização da situação em questão.

3.1 Aspectos sócio-econômicos de Santa Catarina

Desde o início do século XVI diversas expedições percorreram o território catarinense. Em 1532, uma das expedições, a de Sebastião Caboto, dá o nome de Santa Catarina à, então, Ilha dos Patos.

“A ocupação do território catarinense inicia-se no século XVII, com os vicentistas, continuando no século XVIII, com os açorianos, e no século XIX, com a imigração européia, complementando-se, já no século XX, no final da década de 1960 com os fluxos migratórios internos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2002).

Menor Estado da região Sul, Santa Catarina reúne influências provenientes de sua colonização por diferentes povos, destacando-se os portugueses, italianos e alemães. Todo o litoral, incluindo Florianópolis, foi colonizado por açorianos. Muitas das culturas trazidas por esses povos estão até hoje presentes em nossos municípios, seja na arquitetura, na pesca artesanal, na gastronomia baseada em frutos do mar e no artesanato de rendas de bilro. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2002).

A economia catarinense é marcada pela diversificação da distribuição da atividade na indústria e na agricultura. As exportações respondem por 15% do PIB estadual, sendo Santa Catarina o quinto maior exportador do Brasil. As indústrias estão bem distribuídas por cada região. Quando algum setor da economia vai mal os outros compensam. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2002).

Santa Catarina é o quinto maior produtor do Brasil em relação à agricultura, ocupando 25% do território com áreas cultivadas. Concentra um dos maiores plantéis de aves do mundo.

O território de Santa Catarina possui 95.442,9 KM² e é formado por 20 microrregiões, que abrigam 293 municípios (DATASUS, 2002).

População do Estado no ano de 2000 foi de 5.333.284 habitantes, dos quais 4.197.287 na área urbana e 1.135.997 na área rural (IBGE, 2000).

Na tabela 2 apresentaremos a população de Santa Catarina de 1985-1999 onde mostra que a população economicamente ativa cresceu mais rapidamente que o número de postos formais de trabalho. Ocasinou um excesso de mão-de-obra a procura de trabalho.

Tabela 2- População de Santa Catarina (1985-1999)

	1985	1999	Variação absoluta	Variação %
População	4.043.082	5.098.448	1.055.366	26,10
PEA	1.873.092	2.951.179	1.078.087	57,55
PFT	743.443	1.011.931	268.488	36,11
PEA/PFT	39,69	34,28	-	-

Fonte: Sousa (2002)

Cabe ressaltar que não há dados da população economicamente ativa disponível no IBGE referentes a Microrregião de Florianópolis.

3.2 Aspectos sócio-econômicos da região de Florianópolis

Os primeiros colonizadores que se instalaram em Florianópolis foram desertores de algumas expedições marítimas. Entretanto, a fundação da cidade propriamente dita só foi ocorrer a partir de 1675, ano em que chegou à ilha o bandeirante Francisco Dias Velho, que impulsionou o surgimento da cidade.

Com a ocupação do território, vários seguimentos tiveram prosperidade, como é o caso da agricultura e da indústria manufatureira de algodão e linho. Desta época permanecem os resquícios no que se refere à confecção artesanal da farinha de mandioca e das rendas de bilro.

Capital de Santa Catarina, Florianópolis é o segundo município mais populoso do Estado, com cerca de 342.315 habitantes no ano 2000, é pólo de um aglomerado urbano de 709.407 habitantes. A população urbana do aglomerado representa 93,97% de sua população total, esta, por sua vez, representa 12,44% da população de Santa Catarina segundo o Censo do IBGE de 2000. Seus habitantes vivem em sua grande maioria, aproximadamente 90% na parte urbana da cidade. A população é bem distribuída entre os dois sexos, entretanto há, pelo menos, 10 mil mulheres a mais em relação aos homens na cidade. Uma das grandes características de Florianópolis é o grande número de migrantes que aqui se instalam, vindos do interior do estado e de outras regiões do país. A taxa de crescimento da população é de 3,34% ao ano. A tabela 3 mostra a composição da população na microrregião de Florianópolis.

Cabe ressaltar que, além desses nove municípios que compõem a microrregião de Florianópolis, a área de expansão da região metropolitana compreende ainda os municípios de: Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio e São João Batista.

O ponto forte da economia da grande Florianópolis reside nas atividades de comércio e prestação serviços públicos, com destaques para indústria de transformação, e as atividades ligadas ao turismo. O comércio e a prestação de serviços dominam amplamente a economia local, com uma fatia de 83% do mercado, restando 12% para indústrias de transformação e apenas 5% à agropecuária e a pesca (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2002). Nos últimos anos, dois ramos do setor industrial tiveram destaque em Florianópolis aumentando a sua participação no mercado: informática e vestuário e, dentro desta última, a moda esportiva.

Florianópolis está igualmente relacionada com a produção industrial de cidades próximas como São José, Tijucas e outras, onde se destaca a produção de cerâmica, artefatos de cimento, plásticos e calçados.

Tabela 3- População Total, Urbana e Rural, para os Municípios do Núcleo da Região Metropolitana de Florianópolis – 2000.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
Águas Mornas	5.390	1.715	3.675
Antônio Carlos	6.434	1.760	4.674
Biguaçu	48.077	42.907	5.170
Florianópolis	342.315	332.185	10.130
Governador Celso Ramos	11.598	10.842	756
Palhoça	102.742	97.914	4.828
Santo Amaro da Imperatriz	15.708	12.536	3.172
São José	173.559	171.230	2.329
São Pedro de Alcântara	3.584	2.096	1.488
Total	709.407	673.185	36.222

Fonte: IBGE (2000)

O turismo é um grande gerador de ocupações temporárias, além de gerar divisas através de estabelecimentos como hotéis, agências de viagens, restaurantes, bares, e outros, também estimula uma economia informal com vendedores ambulantes, aluguel de casas pelos próprios proprietários e a organização de passeios de barco pelos pescadores etc.

Segundo Ouriques (1999) o turismo a partir de 1980 passou a ser visto como a tábua de salvação da economia local na geração de empregos e, ao mesmo tempo, como elemento fundamental da possibilidade de preservação ambiental. Já faz parte do censo comum, a associação entre expansão turística e geração de empregos em Florianópolis. Os apelos em defesa do turismo geralmente gravitam da tese de ser esta a principal fonte de empregos e rendas para a cidade, em virtude da baixíssima participação histórica do setor industrial na região. Assim, em uma cidade eminentemente administrativa e comercial como Florianópolis, investir em turismo seria a única alternativa para os habitantes conseguirem obter posto de trabalho¹¹.

¹¹ Veremos no decorrer do trabalho conforme análise, que essa hipótese do turismo como grande gerador de empregos, não é verdadeira.

A tabela 4 mostra os dados dos três grandes setores da economia, o setor primário, secundário e terciário. Cabe ressaltar que 87,56% da população economicamente ativa de Florianópolis encontra-se inserida no setor terciário.

Tabela 4- População Economicamente Ativa em Florianópolis – 1996

Setores	Nº Absoluto	(%)
Primário	2546	2,15
Secundário	12185	10,29
Terciário	103.691	87,56
Total	118.422	100,00

Fonte: IBGE/PNDA/1996 Projeção Glaplan

O setor primário tem pequena relevância. Entretanto, algumas culturas ainda se destacam como a cana de açúcar, mandioca, banana e milho. As atividades pesqueiras também são fontes de riqueza através da pesca artesanal de algumas comunidades (Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição, Ingleses, Pântano do Sul) entre outras. Atualmente a criação de ostras e moluscos (como o marisco) também se constitui em um novo incremento na renda do setor, visto que se tornou uma atividade lucrativa em diversos pontos da ilha (Ribeirão da Ilha, Sambaqui, outros).

O setor secundário apresentou nos últimos anos um grande desenvolvimento, principalmente na indústria do vestuário, alimentos, móveis, bebidas e a indústria da microinformática (software e hardware).

O setor terciário é o mais expressivo da Capital, sendo integrado pelas sedes do governo estadual e das representações de órgãos e entidades federais. Englobam um centro comercial e de serviços bastante desenvolvido e diversificado; especialmente nas atividades bancárias, educacionais, saúde e turismo, este último, ainda que realizado quase que apenas de janeiro a março, com pouco desenvolvimento no período de inverno, representa uma grande movimentação na economia local, determinando diretamente o aumento da renda per capita. Compreende ainda os hotéis, restaurantes e consultorias.

A tabela 5 mostra que grande parte das empresas da microrregião de Florianópolis concentra-se em micro empresas que possuem de um a nove funcionários. As empresas que

concentram maior número de funcionários são, em grande maioria, do setor público, tanto estadual, como municipal e federal.

Tabela 5- Número de Empresas em Florianópolis, Número de Funcionários

Número de Funcionários	Número de Empresas 1997	%	Número de Empresas 2000	%
1	1.183	12,88	1.226	11,95
Até 4	5242	57,06	5.825	56,78
De 5 a 9	1.478	16,09	1.750	17,06
De 10 a 19	669	7,28	767	7,47
De 20 a 49	353	3,84	427	4,16
De 50 a 99	131	1,42	130	1,26
De 100 a 249	70	0,76	67	0,65
De 250 a 499	31	0,33	30	0,29
De 500 a 999	10	0,11	20	0,19
1000 ou mais	19	0,20	16	0,15
TOTAL	9186	100	10.258	100

Fonte: MTE / RAIS (1997;2000)

Por fim, Florianópolis é o maior Município da denominada Região Metropolitana que é composta por 9 cidades conforme mostra a tabela 3; além disso, possui uma taxa de urbanização de 97.04%, e densidade demográfica de 760,10 km², um produto interno bruto de aproximadamente R\$4,201 milhões (2000) e Pib per Capita de R\$12.273,60 conforme tabela 6. Portanto Florianópolis participa com 0,42% na produção total do Estado.

Tabela 6- Produto Interno Bruto do Núcleo da Região Metropolitana de Florianópolis – 1999

Município	PIB (R\$ milhões)	Participação (%) no Estado
Florianópolis	4.201.436.979	10,59
Demais Municípios do Núcleo da Região Metropolitana	6.142.523.399	15,48
Total	10.343.960.378	26,08

Fonte: Seduma (2000)

4 ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL: RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Emprego Formal na microrregião de Florianópolis – transformações no mercado formal de trabalho

Após descrevermos as transformações ocorridas na economia Brasileira no capítulo 2 e os aspectos sócios econômicos de Santa Catarina e principalmente da grande Florianópolis no capítulo 3, analisaremos as transformações que ocorreram no mercado formal de trabalho na microrregião de Florianópolis no período de 1986 a 2000¹².

No item 4.2 faremos uma análise geral do emprego formal na microrregião de Florianópolis e, na medida do possível, compararemos com o mercado formal de trabalho de Santa Catarina.

No item 4.3 analisaremos os subsetores responsáveis pela criação de empregos no período de 1986 a 2000, com ênfase aos subsetores que criaram maior número de postos formais de trabalho e os subsetores que destruíram PFT no período de 1986 a 2000.

No item 4.4 realizaremos uma análise qualitativa dos postos formal de trabalho no período de 1986 a 2000, fazendo uma comparação com Estado de Santa Catarina nos anos de 1989-1999 em busca de mudanças do perfil dos PFT, utilizando variáveis como idade, sexo, remuneração e grau de instrução dos trabalhadores.

Por fim, no item 4.5 será realizada uma análise da participação da microrregião na composição do emprego formal do Estado e uma análise comparativa do PFT em Santa Catarina com o PFT da microrregião de Florianópolis.

¹² Não foram utilizados os anos de 2001 e 2002 pois no momento da coleta de dados não se encontravam disponíveis para consulta. Os dados referentes ao 2000 foram obtidos através da RAIS preliminar. Enquanto a RAIS é um censo anual que abrange o mercado de trabalho formal incluindo os estabelecimentos que, independentemente de organização empresarial, tenham mantido, como empregadores, qualquer relação de emprego durante o ano a que se refere às informações. O CAGED constitui em um censo mensal que capta a movimentação mensal dos empregados regidos pela CLT. O uso dos dados da RAIS justifica-se em relação ao CAGED por ele não utilizar somente os dados dos empregados regidos pela CLT, pois não abrange o total de contingente de trabalhadores.

4.2 Análise geral

Após a verificação dos aspectos sócio econômico de Santa Catarina e da Microrregião de Florianópolis, realizaremos uma análise geral dos subsetores para que possamos verificar as mudanças que estão ocorrendo no mercado de trabalho.

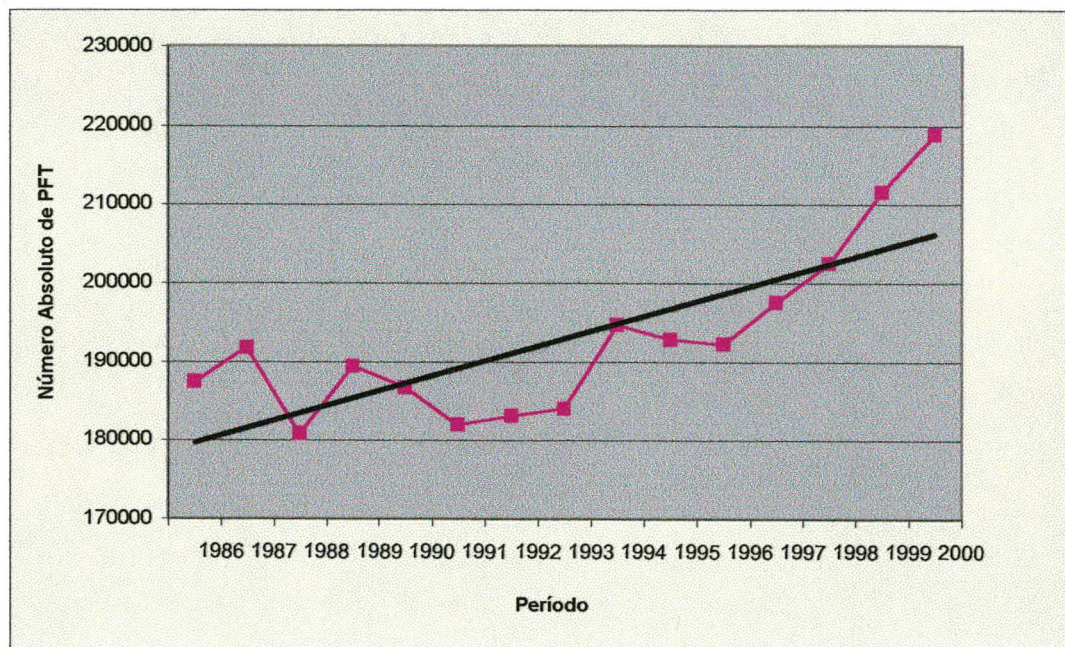
Tabela 7- Número de PFT na microrregião de Florianópolis entre 1986-2000

Sector/Subsector	1986	Subsector/total (%)	2000	Subsector/total (%)	Variação absoluta	Variação relativa	
<i>Extrativo Mineral</i>	171	0,09	321	0,15	150	87,72	
<i>Indústria de Transformação</i>	Ind. Prod. minerais não metálicos	1.217	0,65	1.259	0,57	42	3,45
	Ind. Metalúrgica	284	0,15	979	0,45	695	244,72
	Ind. material elétrico comunicação	387	0,21	1.210	0,55	823	212,66
	Ind. material transportes	30	0,02	120	0,05	90	300
	Ind. Madeiras e de mobiliário	1.670	0,89	1.729	0,79	59	3,53
	Ind. Papel, papelão e ind. Gráfica	366	0,19	1.260	0,57	894	244,26
	Ind. borracha, fumo, couros, peles, ind. Diversas	343	0,18	394	0,18	51	14,87
	Ind. Química prod. Farm., veterinários, perfumarias	620	0,33	1.704	0,78	1.084	174,84
	Ind. Têxtil vestuário e artefatos de tecidos	1.620	0,86	1.822	0,83	202	12,47
	Ind. De calçados	121	0,06	27	0,01	-94	50,1
	Ind. Prod. Alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.677	0,89	3.083	1,41	1.406	83,84
	Ind. Mecânica	79	0,04	465	0,21	386	488,61
	<i>Serviço Industrial de utilidade pública</i>	6.297	3,36	3.142	1,43	-3.155	-77,69
<i>Construção civil</i>	3.315	1,77	10.029	4,58	6.714	202,53	
<i>Comércio</i>	Comércio varejista	15.372	8,2	27.770	12,69	12.398	80,65
	Comércio atacadista	2.229	1,19	4.332	1,98	2.103	94,35
<i>Serviços</i>	Instituição de crédito, seguro e capitalização	8.130	4,34	5.556	2,54	-2.574	-31,66
	Transportes e comunicação	5.863	3,13	9.982	4,56	4.119	70,25
	Serviço alojamento, reparos, manutenção	26.958	14,39	27.813	12,71	855	3,17
	Serviços médicos, odontológicos e veterinários	3.305	1,76	4.035	1,84	730	22,09
	Adm. Imóveis, val. Mob e serv. téc. profissionais	11.991	6,4	21.353	9,76	9.362	78,08
	Ensino	1.384	0,74	6.818	3,12	5.434	392,63
<i>Administração pública</i>	92.089	49,15	81.388	37,19	-10.701	11,62	
<i>Agricultura</i>	1.838	0,98	2.182	0,99	344	18,72	
TOTAL	187.356	100	218.811	100	31.455	16,79	

Elaboração da autora com base nos dados da RAIS (1986-2000)

O gráfico 1 mostra a evolução do número de postos formais de trabalho, ao longo do período analisado, caracterizado por diferentes subperíodos.

Gráfico 1- Emprego Formal na Microrregião de Florianópolis - 1986 à 2000



Fonte: RAIS (1986-2000)

Os dados referentes ao ano de 2000 são retirados da RAIS – Preliminar (2000)

Observa-se no gráfico 1 que, nos 15 anos (1986-2000) da análise, foram criados 31.455 novos postos de trabalho formal na economia da microrregião de Florianópolis, sendo que, em 1986, o número de postos formal de trabalho era de 187.356 passando, em 2000, para 218.811, correspondendo a um aumento de 19,79%, e uma média anual de 1,32%. Porém, cabe ressaltar, que o comportamento dos subsetores no decorrer dos 15 anos foi desigual.

4.2.1 Análise por subperíodos

No gráfico 1 podemos distinguir sete subperíodos com tendências opostas no que se refere à criação de postos de trabalho formal.

No primeiro subperíodo que vai de dez/1986 à dez/1987, observa-se o crescimento do número de PFT. Foram criados 4.375 novos postos de trabalho correspondendo a um aumento percentual de 2,33%.

As exceções foram os subsetores “Instituições de crédito, seguros e capitalização” “Serviços de alojamento, alimentação, manutenção etc” que destruíram respectivamente 504 e 464 PFT.

Durante esse período, não ocorreu nenhuma mudança significativa em relação à distribuição setorial dos PFT, ou seja, praticamente todos os grandes setores de atividade mantiveram seus pesos relativos em relação alocação do emprego formal.

O segundo subperíodo que vai de dez/1987 à dez/1988 registra uma tendência contrária ao subperíodo anterior, é caracterizado por uma forte redução no número de postos formais de trabalho. Ocorreu uma perda líquida de PFT de 1987 para 1988 de 10.978 PFT. A “Administração pública” foi a grande vilã desse período destruindo 14.566 PFT (fato esse que se dá devido à redução dos gastos de governo, investindo em contratações temporárias e terceirizadas), o que corresponde a uma queda de 15,82%.; seguida do subsetor de “Serviços e instituições financeiras” com redução de 2.871 PFT o que corresponde a uma perda de 37,64%. Esse fato também ocorre em nível nacional e estadual praticamente em todas as microrregiões e dá-se devido ao processo de reforma estrutural nas instituições financeiras através da automação e mudanças organizacionais. A exceção do período ocorreu no subsetor “Construção civil” que teve um aumento de 1.465 PFT, seguido do “Comércio varejista” com criação de 1.005 PFT.

Segundo Baltar, Dedecca e Henrique (1996), o crescimento econômico não prosseguiu depois de 1986, em razão da ausência de equacionamento do financiamento público e privado e de um programa articulado de investimento que garantisse a continuidade do processo de recuperação. Os anos de 1987-1989 caracterizam-se por crescente instabilidade inflacionária e por flutuações do nível de produção e emprego, sem que se manifestasse claramente uma tendência recessiva. A microrregião de Florianópolis também sofreu esses impactos em sua economia reduzindo os PFT.

No terceiro subperíodo (dez/1988 a dez/1989) novamente ocorre um crescimento de 8.578 PFT o que corresponde a um aumento de 4,75%. O grande responsável foi o subsetor, que nos dois outros subperíodos havia reduzido PFT, o subsetor de “Serviços instituições financeira” com um crescimento absoluto de 6.989 PFT o que corresponde a um aumento de 146,98%; contrariando a tendência nacional e estadual de redução de PFT. Nesse período ocorreu redução no subsetor de “Serviços de alojamento, alimentação, reparação e manutenção etc” de 1.023 PFT e do setor “Administração pública” que reduziu em 2.065 os seus PFT.

O quarto subperíodo (dez/1989 à dez/1991) é marcado por uma forte tendência de redução nos PFT dos setores e subsetores. A queda nesse período foi 7.358 PFT. Praticamente, todos os subsetores reduziram seus postos formais de trabalho durante esses anos, como mostra a tabela 8, em anexo. A redução do ano 1991 se deve, principalmente, à política recessiva do governo Collor. O início dos anos 1990 foi marcado por uma enorme redução do nível de empregos formal conforme mostra o gráfico 1 e, cuja recuperação é retomada somente a partir de 1993.

Tendo destruído 4.593 postos formais o subsetor de “Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção etc” foi o maior responsável pela perda de PFT do subperíodo, em seguida vem “Comércio varejista” com redução de 3.233 postos formais, seguidos do setor “Administração pública direta e autárquica” com redução de 1.564 e finalmente “Serviços industriais de utilidade pública” com redução de 1.459 PFT, dentre outros.

Chama atenção subsetor “Instituições de crédito, seguros e capitalização” com redução de 1.078 postos de trabalho, o que contrariou o período anterior, em que apresentou um aumento de 6.989 PFT, retornando a trajetória de queda nacional e estadual.

No quinto subperíodo que vai de dez/1991 a dez/1994 ocorreu uma recuperação, foram criados 12.649 PFT os grandes responsáveis por esse aumento foram “Comercio varejista” com aumento de 4.742 PFT, “Construção Civil” com 3.631 PFT e “Transportes e comunicação” com 3.374 PFT, dentre outros. Embora o período tenha sido responsável pela criação de um grande numero de PFT ocorreram quedas acentuadas em vários subsetores dentre eles “Administração pública e autárquica” com 4.416, “Serviço de

alojamento, alimentação, reparação, manutenção” com 3.949, “Serviços médicos, odontológicos e veterinários” com 3.062 entre outros.

No sexto subperíodo que vai de dez/1994 a dez/1996 novamente ocorre destruição de 2.433 PFT. Os grandes responsáveis por essa redução de PFT foram “Instituições de crédito, seguros e capitalização” com 2.129, “Serviços industriais de utilidade pública” com 1.205 e “Transporte e comunicação” com 1.102, sendo que este havia, no subperíodo anterior, criado 3.374 PFT.

Porém, nos anos de dez/1994 à dez/1996 o crescimento de PFT permanece estagnado, vistas as incertezas do mercado devido ao lançamento do Plano Real. O mercado encontrava desenganado devido ao fracasso dos planos econômicos anteriores. As âncoras do Plano Real, especialmente a monetária com restrição ao crédito e taxa de juros altos, triplicou o número de empresas que apresentaram prejuízos em 1995, o que dificultou as exportações, devido a grande facilidade das importações (DIEESE, 1997). Esta situação reflete-se no emprego. No ano de 1995 o nível de emprego de Santa Catarina tem o pior desempenho do emprego formal desde 1991.

O mais longo subperíodo de crescimento contínuo que vai de dez/1996-dez/2000 é caracterizado pelo aumento de 26.622 PFT, praticamente grande parte dos subsetores aumentaram o número de PFT¹³. Um dos motivos que ocasionou o crescimento de PFT foi à redução da inflação que elevou, no primeiro momento, o poder aquisitivo da população principalmente a de baixa renda que, por consequência, aumentou o seu consumo.

Porém, a partir de dez/1996 os PFT mantém uma trajetória crescente durante os demais anos da análise, apesar do desaquecimento econômico causado pelo aumento da concorrência externa.

Grande parte do aumento de PFT deu-se pelo subsetor “Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção” com criação de 7.941 PFT, seguido do “Comércio Varejista” que aumenta em 7.042 seus PFT e do “Comercio de Administração de imóveis, valores mobiliários” com aumento de 5.401 PFT, dentre outros.

¹³ O período (1996-2000) foi responsável pela criação de 84,63 PFT do total de empregos formais gerados no período dos 15 anos da análise.

Os subsetores que tiveram perdas significativas nesse período foram a minoria, com destaque para o subsetor “Serviços industriais de utilidade pública” com redução de 2.406 PFT, seguido do subsetor “Instituições de crédito, seguros e capitalização” que perdeu 1.604 PFT seguindo uma trajetória decrescente nos 15 anos de análise.

Finalizando, deve-se destacar, também, o crescimento dos estoques de empregados na “Indústria de transformação” que mesmo tendo um crescimento absoluto pouco significativo, apresentou o maior aumento relativo entre todos os setores, conforme mostra a tabela 8.

4.3 Análise por subsetores

4.3.1 Subsetores que aumentaram seus PFT

A tabela 8 apresenta os subsetores que criaram PFT na microrregião de Florianópolis, comparando o ano de 1986 com o ano de 2000. No decorrer dos 15 anos de análise (1986-2000) foram criados 47.941 novos postos de trabalho formal.

O subsetor responsável pelo maior aumento de PFT foi o “Comércio varejista”, que em 1986 tinha 15.372 PFT e alcança 27.770 postos em 2000, apresentou uma variação absoluta de 12.398 postos de trabalho. O aumento da sua representatividade em relação aos demais setores ao longo dos anos corrobora uma tendência nacional, conforme citado no capítulo 2 desse trabalho. Em parte, este comportamento deve-se ao aumento do poder de compra da população, principalmente com a redução da inflação, ocasionado pelo plano Real. Já a maior variação relativa, acontece na “Indústria mecânica” que nos 15 anos teve uma variação de 488,61% embora só tenha criado 386 novos postos de trabalho.

Já o subsetor “Administração de imóveis, valores mobiliários etc” também teve crescimento de PFT no decorrer do período, aumentando em 9.362 os seus postos de trabalho, o que correspondeu uma variação relativa de 78,08%.

Tabela 8- Microrregião de Florianópolis – subsetores que criaram PFT – 1986-2000

Sector/Subsetores	1986	2000	Variação absoluta	Variação relativa (%)
Extrativa mineral	171	321	150	87,72
Ind. produtos minerais não metálicos	1.217	1.259	42	3,45
Ind. Metalúrgica	284	979	695	244,72
Ind. Mecânica	79	465	386	488,61
Ind. Material elétrico e comunicações	387	1.210	823	212,66
Ind. Material de transporte	30	120	90	300,00
Ind. Madeira e mobiliário	1.670	1.729	59	3,53
Ind. Papel, papelão, editorial e gráfica	366	1.260	894	244,26
Ind. borracha, fumo, couros, peles, etc	343	394	51	14,87
Ind. química prod. farmacêuticos, veterinários, perfumarias	620	1.704	1.084	174,84
Ind. Têxtil vestuário e artefatos de tecidos	1.620	1.822	202	12,47
Ind. prod. alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.677	3.083	1.406	83,84
Construção civil	3.315	10.029	6.714	202,53
Comércio varejista	15.372	27.770	12.398	80,65
Comércio atacadista	2.229	4.332	2.103	94,35
Transportes e comunicação	5.863	9.982	4.119	70,25
Serv. alojamento, alimentação, reparação, etc.	26.958	27.813	855	3,17
Serv. médicos, odontológicos e veterinários	3.305	4.035	730	22,09
Ensino	1.384	6.818	5.434	392,63
Agricultura, silvicultura, criação de animais, etc.	1.838	2.182	344	18,72
Com. adm. de imóveis, valores mobiliários, etc.	11.991	21.353	9.362	78,08
TOTAL	80.719	128.660	47.941	59,39

Elaboração da autora com dados da RAIS (1986; 2000)

Na tabela 9 podemos perceber os 10 principais subsetores responsáveis pela criação de um maior número de PFT, respondendo juntos por 92,55% dos PFT criados na microrregião de Florianópolis no período de 1986 a 2000.

O setor da “Construção civil” foi responsável pela criação de 6.714 novos PFT, um aumento relativo de 202,53%. Um dos motivos para esse aumento pode ter sido o medo

que as pessoas tem de guardar ou investir o seu dinheiro no mercado financeiro, devido às incertezas em relação aos planos de governo; outro motivo é a microrregião de Florianópolis por ser “muito populosa” causar falsas expectativas à população residente em outros municípios ou até mesmo em outros Estados que escolhem a capital ou os municípios ao seu redor para residir; por fim o turismo que de forma indireta influem no aumento do setor “Construção civil”, etc.

Tabela 9- Microrregião de Florianópolis – os 10 principais subsetores responsáveis pelo aumento PFT

	Subsetores	Empregos criados (1986 a 2000)	% total empregos criados	relação total PFT criados microrregião Fpolis período de 86-2000 ¹⁴
1º	Comércio varejista	12.398	25,86	39,41
2º	Com. Adm. imóveis, valores mobiliários, etc.	9.362	19,52	29,76
3º	Construção civil	6.714	14,00	21,34
4º	Ensino	5.434	11,33	17,27
5º	Transporte e comunicação	4.119	8,59	13,09
6º	Comércio atacadista	2.103	4,38	6,68
7º	Ind. Prod. alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.406	2,93	4,47
8º	Ind. Química prod. farmacêuticos, veterinários, perfumarias	1.084	2,26	3,45
9º	Ind. papel, papelão, editorial e gráfica	894	1,86	2,84
10º	Serv. alojamentos, alimentação, reparação, etc.	855	1,78	2,72
	Total	44.366	92,55	---
	Demais setores e subsetores	3.575	7,45	11,36
	TOTAL	47.941	100%	---

Elaboração da autora com dados da RAIS (1986; 2000)

No subsetor “Ensino” o aumento foi de 5.434 PFT, o que corresponde a uma variação relativa de 392,63%. O aumento pode estar ligado ao surgimento de cursinhos, escolas e universidades particulares, principalmente, na região da grande Florianópolis e municípios vizinhos. O mercado de trabalho cada vez mais exigente fez com inúmeras pessoas investissem mais nos estudos em busca de uma melhor qualificação.

¹⁴ Cálculo obtido através do total de empregos criados, dividido pelo total de PFT criados na microrregião no período de 1986-2000, ou seja 31.455 .

Já as ocupações ligadas diretamente ao turismo, que estão registradas no subsetor “Serviços de alojamentos e alimentação”, tiveram pouco impacto, ocupando o 10º lugar em criação de postos de trabalho conforme mostra a tabela 9 correspondendo a 2,72% do total de empregos criados na microrregião no período o que contrapõem a hipótese¹⁵ que o turismo é um grande gerador de empregos na grande Florianópolis.

Ouriques (1999) conclui que apesar de todas as argumentações favoráveis, o turismo não se constitui, à luz dos dados oficiais (isto é, do ponto de vista do emprego formal) em grande gerador de emprego. A expansão dos empregos no turismo tem como principal característica a informalidade, um aspecto que explica a maior parte das ocupações nesta atividade, inclusive em outros lugares do mundo. O autor ainda coloca que o turismo não é uma indústria, é um setor de serviços da economia, embora se alimente imperiosamente dos setores industriais como construção civil, mobiliário, vestuário etc. Por fim, afirma que o emprego atrelado às atividades turísticas é insuficiente para caracterizar este subsetor como a mais importante base da economia local, se restringirmos a análise aos empregos formais. Além disso, os empregos gerados pautam-se pela precariedade das condições de trabalho, são os piores remunerados no município e, além de serem sazonais, caracteriza-se, em grande parte, pela informalidade.

Os demais subsetores, não citados na tabela 9, responderam por um aumento de apenas 3.575 PFT.

Tabela 10- Microrregião de Florianópolis – setores responsáveis pelo aumento PFT

	Setor	Empregos criados (1986 a 2000)	% total empregos criados
1º	Serviços	19.770	41,23
2º	Comércio	14.501	30,25
3º	Construção civil	6.714	14,00
4º	Indústria	3.384	7,06
	Demais setores e subsetores	3.575	7,45
	TOTAL	47.941	100%

Elaboração da autora com base nos dados da RAIS (1986-2000)

A tabela 10 nos mostra que o setor “Serviços” foi responsável por 41,23% do total de empregos criados na microrregião de Florianópolis no período de 1986-2000. Seguem-se o setor “Comércio” com 30,25%, “Construção civil” com 14% e por último a

¹⁵ Hipótese do turismo como grande gerador de empregos encontra-se na página 22.

“Indústria” com apenas 7,06%. Juntos, estes quatro setores responderam por 92,55% dos empregos criados na microrregião nos 15 anos de análise. Enquanto a “Indústria” teve um aumento absoluto pouco expressivo, “Comércio” e “Serviços” tiveram um aumento significativo, sendo responsáveis por 71,48% do total do emprego formal criados na microrregião de Florianópolis.

4.3.2 Subsetores que destruíram PFT

No decorrer dos 15 anos de análise (1986-2000), foram destruídos 16.524 postos formal de trabalho. A tabela 11 mostra os setores e subsectores que reduziram o número de PFT na microrregião de Florianópolis, comparando o ano de 1986 com o ano de 2000.

Tabela 11- Microrregião de Florianópolis – setores e subsectores que destruíram PFT

Setor/Subsetores	1986	2000	Diminuição absoluta	Varição (%)
Serviços industriais de utilidade pública	6.297	3.142	-3155	19,09
Indústria de calçados	121	27	-94	0,56
Instituições de crédito, seguros e capitalização	8.130	5.556	-2.574	15,57
Administração pública direta e autárquica	92.089	81.388	-10.701	64,76
TOTAL	106.637	90.113	- 16.524	100

Elaboração da autora com base nos dados da RAIS (1986; 2000)

O setor que reduziu o maior número de PFT, respondendo por 64,76% dos PFT, foi o “Administração pública direta e autárquica” com redução de 10.701 PFT, embora tenha reduzido um grande número de PFT ainda caracteriza-se como um dos maiores empregadores da microrregião de Florianópolis juntamente como o setor “Comércio” e de “Serviços”. O setor “Serviços industriais de utilidade pública” reduziu 3.155 PFT, ou seja, 50,10%. Esse setor inclui a ELETROSUL, TELESC empresas de grande porte privatizadas e que, após a privatização, reduziram o número de funcionários. O subsector “Instituições de créditos, seguros e capitalização” destruiu 2.574 PFT correspondendo a uma variação negativa de 31,66%. Conforme Sousa (2002) a contração do número de PFT nesse subsector é decorrente das transformações tecnológicas, privatizações, centralização, terceirização. E, por fim, o subsector “Indústria de calçados” que reduziu 94 PFT representando uma variação negativa de 22,31%.

Podemos constatar, através dos dados da tabela 11, que o setor financeiro¹⁶ ficou cada vez mais enxuto, com a concentração e proliferação da informática. O setor público tende a desmobilizar um contingente grande de funcionários, seja pela privatização de estatais ou pela demissão de servidores da administração direta.

Essas foram as principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho na microrregião de Florianópolis, levando em consideração os 26 subsetores da RAIS e aceitos pelo IBGE. Podemos constatar que as reduções e aumentos de PFT estão, em parte, de acordo com a tendência nacional prevista pela bibliografia.

4.4 Análise qualitativa dos postos formais de trabalho na microrregião de Florianópolis no período de 1986-2000

Realizaremos uma análise qualitativa, em busca das características dos postos formais de trabalho. Levando em consideração algumas variáveis como idade e sexo do trabalhador, remuneração e grau de instrução. A análise ocorreu através da comparação dos anos de 1989-1999¹⁷. Com o objetivo de averiguar as mudanças que estão ocorrendo no perfil do trabalhador.

4.4.1 Análise por faixa etária

Levando em consideração a idade, os trabalhadores foram divididos em três categorias: 10 a 24 anos, 25 a 49 anos e de 50 a mais anos de idade.

Observando a tabela 12, pode constatar-se que a participação no mercado de trabalho formal dos jovens na faixa etária de 10 a 24 anos reduziu-se em todos os setores, o que fez com que o total de PFT nesta faixa etária caísse de 21,62 em 1989 para 17,36 em 1999, com uma redução de 4,26 pontos percentuais. Fato esse, que se dá, devido à

¹⁶ Para maiores detalhes, ver monografia do PIRES, Glaicon. A automatização e a transformação do trabalho bancário: um estudo de caso dos caixas do BESC. Monografia (Curso de Graduação de Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. 67 p.

¹⁷ A comparação foi feita para os anos de 1989-1999 levando em consideração as tendências ocorridas em nível de Santa Catarina, conforme monografias realizadas na UFSC e já citadas no trabalho.

exigência cada vez maior de experiência para conseguir o primeiro emprego e à necessidade de melhor qualificação.

Tabela 12- Distribuição percentual dos PFT por faixa etária na microrregião de Florianópolis

Setores de Atividade Econômica:	1989			1999		
	% dos PFT 10 a 24	% dos PFT 25 a 49	% dos PFT 50 ou Mais	% dos PFT 10 a 24	% dos PFT 25 a 49	% dos PFT 50 ou Mais
Extrativa Mineral	20,23	65,65	14,12	19,75	68,52	11,73
Indústria de Transformação	39,59	54,22	6,19	31,55	63,34	5,12
Serviços Industr. de Utilidade Pública	7,16	81,89	10,95	3,05	81,41	15,53
Construção Civil	28,93	62,61	8,46	22,33	68,21	9,47
Comércio	47,86	48,48	3,66	37,58	58,28	4,14
Serviços	23,98	69,01	7,01	22,71	69,34	7,95
Administração Pública	10,11	80,15	9,75	3,36	84,76	11,88
Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca	12,30	81,66	6,04	6,48	76,50	17,02
Total	21,62	70,50	7,88	17,36	73,59	9,05

Elaboração da autora com base nos dados da RAIS (1989; 1999)

O perfil do mercado de trabalho mudou de 1990 a 2002. A massa de trabalhadores está mais velha, com um nível de instrução maior. É o que revela o levantamento do IBGE (2000).

A maior parte dos trabalhadores encontra-se na categoria dois (25 a 49 anos) faixa que, no conjunto da economia, respondia em 1989 por 70,59 ampliou sua participação em 1999 para 73,59. Neste período, houve diminuição somente no setor “Agropecuária”, percebe-se, assim, que prossegue o êxodo rural, permanecendo no campo somente as populações trabalhadoras com idade superior a 50 anos.

Já a terceira categoria, que agrupa os trabalhadores de 50 anos a mais de idade, (tabela 12) manteve uma relativa estabilidade. Isto sugere que os trabalhadores mais experientes estejam com dificuldades de colocação na economia formal. O destaque foi o setor “Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e pesca” que aumentou sua participação de 6,04 em 1989 para 17,02 em 1999.

4.4.2 Escolaridade

Vê-se na tabela 13, que a primeira categoria (analfabetos até a 8^o série incompleta) reduziu de 28,83 em 1989, para 20,39 em 1999. A exceção foi da “Agropecuária” que teve um aumento de 28,36 em 1989 para 30,95 em 1999. Essa redução foi compensada pelo aumento das outras duas categorias (8^o série completo até o 2^o grau completo; superior incompleto até o superior completo).

Em síntese, o descrito acima confirma que o mercado de trabalho está cada vez mais seletivo, excluindo gradativamente os trabalhadores com baixa escolaridade.

Tabela 13- Distribuição percentual dos PFT por nível de escolaridade na microrregião de Florianópolis

Setores de Atividade Econômica:	1989			1999		
	Analf - 8 ^o série inço	8 ^o série Comp-2 ^o grau comp	Sup Inco - Sup Comp	Analf - 8 ^o série inco	8 ^o Série Comp-2 ^o grau comp	Sup inco - Sup comp
Extrativa Mineral	63,22	26,82	9,96	43,21	49,07	7,72
Indústria de Transformação	45,96	51,00	3,04	31,54	61,47	6,99
Serviços Industr. de Utilidade Pública	42,86	30,01	27,14	30,02	31,23	38,75
Construção Civil	70,23	25,12	4,65	54,02	40,42	5,56
Comércio	33,31	64,07	2,62	20,56	75,07	4,37
Serviços	32,82	51,70	15,48	23,21	59,35	17,43
Administração Pública	17,31	45,18	37,51	11,28	43,91	44,81
Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca	28,36	35,97	35,67	30,95	40,61	28,44
Total	28,83	48,67	22,50	20,39	54,18	25,43

Elaboração da autora com base nos dados da RAIS (1989; 1999)

Já a segunda categoria, composta por trabalhadores com 8^o série completa até 2^o grau completo aumentou a sua participação de 46,67 em 1989, para 54,18 em 1999, passando a concentrar mais da metade dos trabalhadores da microrregião. A única exceção foi o setor de “Administração pública” que reduziu de 45,18 em 1989 para 43,91 em 1999.

Por fim, a terceira categoria que agrupa todos os trabalhadores com nível superior completo ou incompleto aumentou de 22,50 em 1989, para 25,43 em 1999. Esse aumento não ocorreu de forma igual em todos os setores.

Ao mesmo tempo em que houve a ampliação da escolaridade dos trabalhadores, o ingresso de jovens no mercado de trabalho se tornou cada vez mais tardio, inclusive os dados apresentados na tabela 13 revelam que também a microrregião de Florianópolis está inserida nessa realidade. Uma explicação para esse fato, de acordo com a pesquisa do IBGE (2000), é que, os jovens estão aumentando o tempo de permanência na escola e com isso retardando sua entrada no mercado de trabalho.

De acordo com DIEESE (1997), um sintoma muito importante da exigência de uma maior escolaridade está no aumento de exigências para a seleção do trabalhador, detectado na maioria dos setores. Os níveis de desemprego possibilitam às empresas fazer exigências além daquelas necessárias ao cargo.

4.4.3 Análise por remuneração

Com exceção do setor “Serviços” (que aumentou de 54,33% em 1989 para 63,61% em 1999) em todos os setores reduziu o % de trabalhadores na faixa salarial [0,5-4] salários mínimos. Essa queda foi contrabalançada pelo aumento ocorrido nos “Serviços”, cujo peso, fez com que no total a queda fosse muito pequena. Quase 50% dos PFT encontram-se nessa primeira categoria.

Tabela 14- Distribuição percentual dos PFT por faixa de remuneração em unidades de salário mínimos de dezembro, na microrregião de Florianópolis

Setores de Atividade Econômica:	1989			1999		
	0,5 - 4 Sal. Min.	4,1 - 10 Sal. Min.	Mais de 10,1 Sal. Min.	0,5 - 4 Sal. Min.	4,1 - 10 Sal. Min.	Mais de 10,1 Sal. Min.
Extrativa Mineral	79,05	11,07	9,88	53,44	41,25	5,31
Indústria de Transformação	84,03	11,98	3,99	76,26	18,68	5,05
Serviços Industr. De Utilidade Pública	16,38	34,80	48,82	11,15	32,61	56,23
Construção Civil	83,51	13,45	3,04	77,87	17,39	4,74
Comércio	83,61	13,24	3,15	80,02	16,92	3,06
Serviços	54,33	25,63	20,04	63,61	22,32	14,07
Administração Pública	31,93	40,47	27,60	18,67	54,22	27,11
Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca	31,51	35,57	32,92	28,85	27,12	44,03
Total	49,98	29,17	20,85	48,66	33,68	17,65

Elaboração da autora com base nos dados da RAIS (1989; 1999)

Já a categoria de 4,1 até 10 salários aumentou de 29,17% em 1989 para 33,68% em 1999. Os setores que foram os grandes responsáveis por este incremento na renda foram “Extrativo mineral” seguido pelo setor de “Administração pública”.

Já na faixa que corresponde a mais de 10 salários mínimos houve uma redução de 20,85% em 1989, para 17,65% em 1999, o que significa uma redução nos salários mais altos, o que pode ser considerado um sinal de queda nas desigualdades (dispersão) salarial; isso ocorreu de forma regressiva. O setor responsável por essa redução foi o setor “Extrativo mineral” e “Serviços”, onde os trabalhadores passaram a concentrar-se ainda mais na segunda faixa. Já o setor responsável pelo aumento PFT nessa categoria foi o setor da “Agropecuária” e o setor “Serviços industriais utilidade pública”.

Em síntese, podemos constatar através da tabela 14 que o setor de “Serviços” foi o responsável por puxar os salários para baixo, pois foi o setor que pior remunerou os seus funcionários. Esse setor foi o responsável por grande absorção da população economicamente ativa quando as fábricas demitiram. Aos poucos esse setor perdeu a sua capacidade de gerar empregos e absorver a grande massa de desempregados ao longo dos anos.

4.4.4 Análise por Gênero

Tabela 15- Distribuição dos PFT por gênero na microrregião de Florianópolis – números absolutos e percentuais

	1989					1999				
	M	F	Total	% M	% F	M	F	Total	% M	% F
Extrativa Mineral	233	31	264	88,26	11,74	288	36	324	88,89	11,11
Indústria Transformação	6.981	3.829	10.810	64,58	35,42	9.610	4.970	14.580	65,91	34,09
Serv. Industr. Util. Pública	5.268	1.522	6.790	77,58	22,42	2.957	777	3.734	79,19	20,81
Construção Civil	4.535	385	4.920	92,17	7,83	8.199	705	8.904	92,08	7,92
Comércio	12.850	7.661	20.511	62,65	37,35	17.643	10.928	28.571	61,75	38,25
Serviços	40.125	25.175	65.300	61,45	38,55	39.953	31.962	71.915	55,56	44,44
Administração Pública	38.120	37.308	75.428	50,54	49,46	40.843	40.197	81.040	50,40	49,60
Agropecuária	1.112	215	1.327	83,80	16,20	1.901	490	2.391	79,51	20,49
Total	111.858	77.473	189.331	59,08	40,92	121.394	90.065	211.459	57,41	42,59

Elaboração da autora com base RAIS (1989; 1999)

Podemos verificar através da tabela 15 que, apesar de uma pequena queda na década, a população masculina predominou em quase todos os setores. No entanto, as mulheres aumentam sua participação, de 40,92% em 1989 para 42,59% em 1999, com destaque para os setores de “Serviços” e “Comércio”. Como contrapartida, no total os homens, reduziram sua presença de 59,08% em 1989, para 57,41% em 1999. Porém houve aumento na “Indústria de transformação” e “Construção civil”. No “Comércio” ocorreu uma pequena queda de 62,65%, para 61,75%. A microrregião de Florianópolis, diferente do que ocorre no Estado de Santa Catarina, tem um menor ritmo de feminização da força de trabalho.

4.5 Análise Comparativa da microrregião com o Estado de Santa Catarina

Levando em consideração a análise do emprego formal na microrregião de Florianópolis e os dados estatísticos de Santa Catarina obtidos através da RAIS e das monografias já defendidas na UFSC, faremos uma breve análise da participação da microrregião na composição do emprego formal do Estado de Santa Catarina.

Na tabela 16 pode-se constatar que a microrregião de Florianópolis reduziu sua representatividade em relação ao Estado, de 22,45% em 1989 para 20,48% em 2000. Mas neste mesmo período, a microrregião aumentou sua representatividade em 16 subsetores, o que significa, que em 16 subsetores o crescimento no mercado formal de trabalho foi maior que no Estado ou as demissões foram menores do que no Estado. Cabe ressaltar que a “Indústria de material elétrico e comunicação” aumentou a sua representatividade de 3,9% em 1986, para 11,64% em 2000; “Construção civil” que, em 1986, representava 22,83% do emprego do setor no Estado, em 2000 passou para 27,17%. Os demais subsetores tiveram um aumento pouco representativo.

Dentre os setores e subsetores que perderam significativamente sua representatividade em relação ao Estado, podemos destacar cinco: “Serviços industriais de utilidade pública” que, em 1986, representava 47,88% do emprego do setor no Estado e, em 2000, passou para 28,32%; “Serviços médicos e odontológicos e veterinários” em 1986 representava 30,56% passando para 16,43% em 2000, “Ensino” de 44,30% para 22,09%;

“Agricultura” de 15,27% para 7,40% e “Serviços de alojamento, alimentação, reparação etc.” de 37,66% para 32,75%.

Tabela 16- Representação por subsetores dos PFT da Microrregião de Florianópolis em relação ao Estado

Setor/Subsetores	1986 %	2000 %
Extrativa mineral	1,29	5,90
Ind. Produtos minerais não metálicos	4,77	5,72
Ind. Metalúrgica	1,14	3,60
Ind. Mecânica	0,31	2,06
Ind. material elétrico e comunicações	3,91	11,64
Ind. material de transporte	0,64	1,44
Ind. madeira e mobiliário	2,67	2,75
Ind. Papel, papelão, editorial e gráfica	2,48	6,85
Ind. borracha, fumo, couros, peles, etc	4,28	5,61
Ind. Química prod. farmacêuticos, veterinários, perfumarias	3,59	6,62
Ind. Têxtil vestuário e artefatos de tecidos	1,85	1,77
Indústria de calçados	1,05	0,68
Ind. Prod. alimentícios, bebidas e álcool etílico	4,21	5,41
Serviços industriais de utilidade pública	47,88	28,32
Construção civil	22,83	27,17
Comércio varejista	17,78	18,23
Comércio atacadista	13,46	15,82
Instituições de crédito, seguro e capitalização	31,19	30,89
Com. Adm. De imóveis, valores mobiliários, etc.	24,10	26,74
Transportes e comunicação	20,22	21,33
Serv. alojamento, alimentação, reparação, etc.	37,66	32,75
Serv. médicos, odontológicos e veterinários	30,56	16,43
Ensino	44,30	22,09
Administração pública direta e autárquica	59,80	53,40
Agricultura, silvicultura, criação de animais, etc.	15,27	7,40
TOTAL	22,45	20,48

Elaboração da autora com base nos dados da RAIS (1989; 1999)

Conforme a tabela 16, os subsetores “Indústria de Material elétrico e comunicações”, “Indústria de papel, papelão, editorial e gráfica” e o setor “Construção civil” melhoraram a sua representação em relação ao Estado.

Tabela 17: Evolução do emprego formal em diversas microrregiões e no Estado de Santa Catarina

Região	1986	1999	Varição absoluta	Varição Relativa
Microrregião Florianópolis	187.356	211.498	24.142	12,88
Microrregião Itajaí	39.428	64.606	25.178	63,85
Microrregião Blumenau	127.831	138.645	10.814	8,46
Microrregião de Lages	34.272	38.334	4.062	11,85
Microrregião Sul Catarinense	88.804	121.384	32.580	36,69
Santa Catarina	834.697	1.068.245	233.48	27,99

Elaboração da autora com base nas monografias já realizadas na UFSC

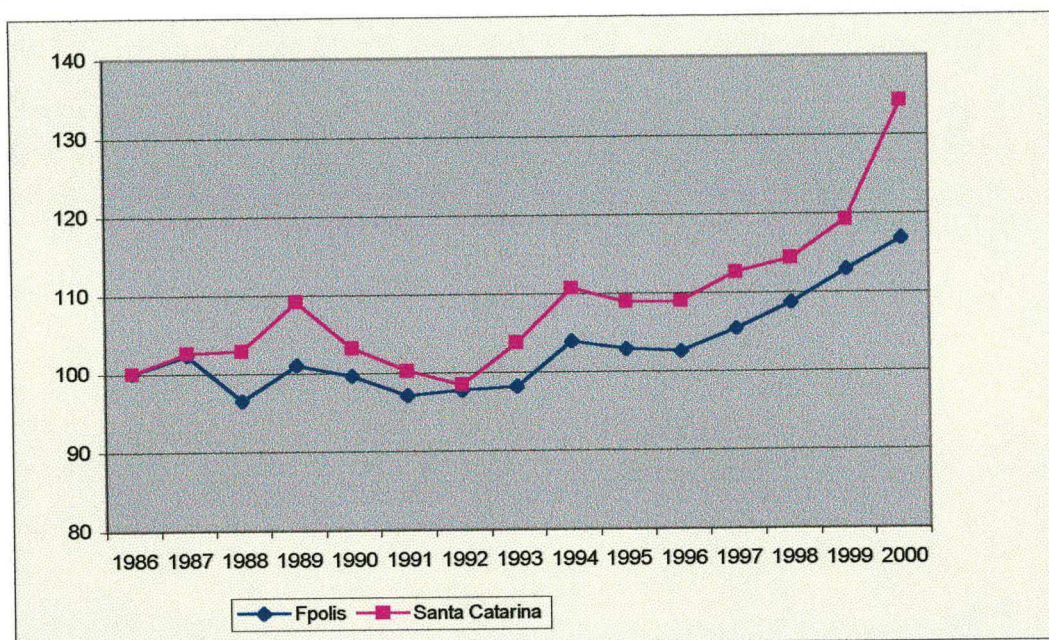
A tabela 17 mostra o desempenho do emprego formal em diversas microrregiões catarinenses temas de monografias da UFSC, em comparação com o do Estado de Santa Catarina. Analisando-a, pode se observar que a microrregião de Itajaí e a microrregião Sul Catarinense tiveram um melhor desempenho na criação de PFT. Nas demais microrregiões citadas na tabela o desempenho do Estado foi maior.

O Estado de Santa Catarina ampliou seu número de empregos formais conforme a tabela 16, em 27,99%; no entanto, a microrregião de Florianópolis ampliou em apenas 12,88% o seu número de postos formais de trabalho. Cabe ressaltar que, se não fosse o bom desempenho do subsetor de “Industriais de materiais elétricos e comunicação”, e do setor da “Construção civil” o resultado em relação ao Estado poderia ter sido ainda pior.

O gráfico 2 mostra o índice de emprego formal no Estado de Santa Catarina e na microrregião de Florianópolis, adotando como base o ano de 1986.

O gráfico 2 mostra que, na microrregião de Florianópolis, no período dez/1986 a dez/1993, os movimentos nas variações do emprego formal foram diferentes do ocorrido no Estado de Santa Catarina. Já no período que vai de dez/1993 a dez/1999, a direção e a intensidade da movimentação são praticamente iguais.

Gráfico 2: Índice do emprego formal (1986 = 100) na microrregião de Florianópolis e Santa Catarina



Fonte: RAIS (ano base 1986)

Para complementar a análise da evolução do emprego formal na microrregião de Florianópolis, compararemos o comportamento do mercado formal no Estado de Santa Catarina com o da microrregião de Florianópolis, nos oito setores da economia, com destaque para os 5 setores de maior expressão (Comércio, Indústria, Serviços, Agropecuária e Administração pública).

1. “Indústria de Transformação” - com exceção da “Indústria de calçados” que reduziu 94 PFT, na microrregião de Florianópolis não houve nenhum subsetor que tivesse apresentado perdas de postos de trabalho, porém cresceram de forma pouco expressiva em relação aos demais setores. Já em Santa Catarina, embora tenha aumentado o número de postos de trabalho em 35.830 no período de 1986-2000, alguns subsetores tiveram perdas. Foi o caso da “Indústria de produtos minerais não metálicos” com redução de 7.849 PFT, “Indústria mecânica” com redução de 2.927 PFT, “Indústria de calçados” redução 7.546 PFT e “Indústria da borracha, fumo, couro etc”., com redução de 982 PFT. De acordo com Ouriques e Vieira (1996) essa diminuição líquida no emprego se deve a dois fatores: 1) queda na produção física da indústria; e 2) aumento de produtividade, não compensada pelo aumento na quantidade vendida. Cabe ressaltar, que esse setor está muito influenciado por

fatores estruturais, em razão das mudanças ocorridas no transcurso da recente década (abertura dos mercados, blocos regionais etc.) que tendem a afetar mais os setores de bens comercializáveis internacionalmente. Em segundo lugar, a introdução de novas tecnologias e formas de organização da empresa encontra um campo fértil nesse setor, que precisa elevar sua produtividade devido às mudanças mencionadas. E por fim, podemos concluir que a indústria de transformação é mais sensível aos choques originados na economia mundial.

2. Setor “Extrativo Mineral” – Santa Catarina reduziu em 7.849 o número de PFT, porém, em Florianópolis houve um pequeno aumento de 150 PFT. A redução fora da microrregião deve-se fundamentalmente à forte desestruturação do setor no Estado principalmente na região sul de Santa Catarina. Sousa (2002) conclui que o êxito da atividade mineradora na região anteriormente dava-se pelo fato de o Estado brasileiro, apesar das deficiências, agir como o dinamizador da economia mas, a partir do momento que passa adotar as medidas propostas pela agenda neoliberal, o Estado se esquivava da responsabilidade de atuar como locomotiva dos subsetores que apresentam dificuldade de caminhar autonomamente. E a crise toma conta desse setor.
3. O setor de “Serviços Industriais de Utilidade Pública” tanto na microrregião de Florianópolis como no Estado de Santa Catarina apresentou redução no número de PFT. A microrregião de Florianópolis teve uma perda de 3.155 PFT, em parte como resultado da privatização ELETROSUL e da TELESC. Santa Catarina perdeu 2.057 PFT, o que quer dizer que em outras regiões houve este setor crescer.
4. O grande Setor “Comércio” (subsetores “Varejo” e “Atacado”) tanto em Santa Catarina como na microrregião apresentou aumento de PFT, respectivamente de 76.683 e 14.501. O “Comércio” ainda se caracteriza como um dos maiores empregadores com carteira assinada, embora não seja suficiente para absolver todos os trabalhadores a procura de trabalho.
5. Setor “Administração Pública Direta e Autárquica” na microrregião de Florianópolis houve redução de 10.701 PFT, porém, Santa Catarina houve um aumento de 318 PFT. Como já citado no decorrer do trabalho, a administração

pública vem reduzindo o número de postos de trabalho formal ao longo dos anos, principalmente devido à necessidade de redução dos gastos públicos, à terceirização e aposentadorias não repostas. Porém, este continua sendo um dos setores com maior número de empregados na microrregião de Florianópolis.

6. Setor “Serviços” – Tanto Santa Catarina quanto a microrregião de Florianópolis apresentaram um aumento neste setor. 94.633 PFT em Santa Catarina e 17.926 na microrregião de Florianópolis. Com exceção do subsetor de “Instituições de crédito” todos os subsetores aumentaram o número de postos de trabalho formal. Conforme Ouriques e Vieira (1999) a diminuição de empregos nas Instituições Financeiras se deve ao ajustamento das instituições às novas condições do funcionamento da economia brasileira estabelecidas pelo Plano Cruzado, depois pelo Governo Collor, e por último, pelo Plano Real. A tendência nesse período foi de baixa inflação e de redução das facilidades de ganhos por parte dos bancos, que passaram, então, a reduzir custos operacionais, a fechar agências, a automatizar tanto as atividades internas quanto o atendimento ao público.

Pochmann (1999) coloca que, apesar de ampliar a sua participação na estrutura ocupacional, o setor de serviços mostra-se incapaz de ampliar os postos de trabalho proporcionalmente à queda nos outros setores, devido aos efeitos racionalizadores das novas tecnologias, que também passam atingí-lo fortemente.

7. “Agricultura” – na microrregião de Florianópolis a “Agropecuária” não tem valor expressivo na geração de empregos formais, tendo gerado apenas 344 PFT no decorrer dos 15 anos da análise. A agricultura familiar é muito presente nesse setor, o que pode justificar a existência de grande número de trabalhadores sem carteira assinada. Porém, no Estado de Santa Catarina agropecuária teve uma grande importância, criando 17.463 novos PFT inclusive com grandes exportações de seus produtos para os países desenvolvidos.
8. “Construção Civil” - Aumentou os seus PFT tanto no Estado como na microrregião de Florianópolis, onde teve um acréscimo de 6.714 PFT correspondendo a 14% do total de PFT criados na microrregião, enquanto que, em Santa Catarina, o aumentou foi de 22.391 PFT ou 14%.

Em síntese, podemos constatar através da análise inúmeras mudanças ocorridas na microrregião de Florianópolis no período de 1986-2000, com redução e criação de PFT em diversos setores e subsetores da economia. Embora tenham sido criados 31.455 novos PFT esse aumento foi pouco significativo correspondendo um aumento de apenas 19,79% nos 15 anos de análise, número esse que não foi suficiente para absorver o grande número de pessoas que estão em busca de um emprego formal. Os setores “Comércio” e “Serviços” foram os grandes responsáveis pela criação de PFT, enquanto o setor “Administração pública”, o maior empregador na microrregião, foi responsável pela maior destruição de PFT. Em relação ao Estado de Santa Catarina a microrregião de Florianópolis reduziu a sua representação.

Em busca das características dos PFT foi realizada uma análise qualitativa. No aspecto idade constatou-se a redução do número de jovens no mercado de trabalho e o aumento da participação dos trabalhadores mais velhos. Viu-se também um mercado cada vez mais seletivo que aos poucos está excluindo os trabalhadores com baixa escolaridade. Quanto à renda setor “Serviços” mostrou-se responsável por puxar os salários para baixo e no quesito gênero, a população masculina continuou predominando em grande parte dos setores, embora no total, as mulheres tenham aumentado sua presença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, buscou-se averiguar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho no decorrer dos quinze anos de análise (1986-2000), na microrregião de Florianópolis. Estas mudanças são sentidas tanto na locação do postos formais de trabalho, quanto nas alterações da força produtiva nos subsetores (número de trabalhadores).

O pequeno aumento do número de postos formais de trabalho no decorrer dos quinze anos de análise fez com que a microrregião de Florianópolis perdesse representatividade em relação ao Estado de Santa Catarina, o que parece demonstrar que a microrregião de Florianópolis foi mais sensível às transformações ocorridas no mercado de trabalho, criando um menor número de PFT.

Embora tenha ocorrido um aumento de 31.455 PFT no período de 15 anos, esse aumento foi insuficiente para absolver o grande contingente de desempregados e subempregados. Pois, a microrregião sofre, além do crescimento vegetativo da população residente, a influência de movimentos de migração vindos do interior do Estado para a capital e arredores, pois existe o paradigma de virem para capital em busca de uma melhor qualidade de vida e de novas oportunidades.

Com base na análise dos dados apresentados no capítulo 4, podemos constatar que estão ocorrendo alterações importantes no mercado de trabalho da microrregião em pauta e também no Estado de Santa Catarina, com a redução e o aumento na criação de postos formais de trabalho em diferentes setores e subsetores. Os empregos oferecidos possuem baixa remuneração, principalmente no setor de “Serviços”, sendo este um dos setores que mais emprega na microrregião. Reduziu-se a participação dos mais jovens no mercado de trabalho formal e manteve-se estabilizada a participação dos trabalhadores acima de cinquenta anos de idade. Com um mercado cada vez mais exigente e competitivo, ter um bom grau de instrução é uma necessidade, pois gradativamente o mercado está excluindo os trabalhadores de baixa escolaridade. A feminização do trabalho ocorreu de forma mais lenta na microrregião do que no Estado, predominando a presença dos homens em grande parte dos setores. Nesse período, houve um grande aumento da participação de micro e pequenas empresas na economia.

A microrregião de Florianópolis, de fato, tem sua economia voltada para os setores do “Comércio”, “Serviços” e “Administração Pública”. Entretanto o aumento dos postos formais de trabalho nesses setores não foi suficiente para absorver o grande contingente de força de trabalho disponível. O setor industrial cresceu muito pouco no período de 1986 a 2000, visto que na microrregião de Florianópolis este setor não é importante, como é em outros municípios de Santa Catarina.

Comparando a teoria exposta sobre as tendências do mercado de trabalho formal, podemos constatar que, de fato, está ocorrendo uma redução do emprego formal em diversos setores e subsetores da economia.

Esta pesquisa limitou-se ao estudo do emprego formal na microrregião de Florianópolis. No entanto, a pesquisa empírica não estudou de forma direta outros problemas que fazem parte da realidade do mercado de trabalho, como: buscar as causas dos resultados encontrados, o que requer uma análise mais detalhada das desigualdades entre os sexos, baixa remuneração, aumento do grau escolaridade; soluções para criar empregos e o emprego informal. O avanço nesta direção poderá se dar na elaboração de futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, Dedecca, Claudio Salvadori, Henrique, Wilnes. **Mercado de Trabalho e exclusão social no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1996. (mimeo).
- BRIDGES, William. **Um mundo sem empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- CATELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DIEESE. **Reestruturação produtiva e emprego na Indústria de Santa Catarina**. N.1, jan/1997. Florianópolis: DIEESE, 1997.
- _____. **Qualificação, formação e emprego em Santa Catarina: quadro crítico da situação dos trabalhadores (Versão Integral)**. N.2, dez/1997. Florianópolis: DIEESE, 1997.
- DUARTE, Adriana Urcelina. **Desregulação e flexibilidade dos direitos trabalhista no Brasil nos anos de 90: uma análise crítica**. Florianópolis, 2002, 48 p. (Monografia) Curso de Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GOETTEN, Rubia Janaína. **Análise do emprego formal na região serrana catarinense: 1986-1999**. Florianópolis, 2001, 57 p. (Monografia) Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar**. Rio de Janeiro: IBGE (1996;2000;2002)
- _____.Disponível em : <http://www.IBGE.GOB.br> >. Acesso em: 10/ out./ 2002.
- LEITE. Celso Barroso. **O século do desemprego**. São Paulo: LTr, 1994.
- MACEDO, Roberto. **Os salários na teoria econômica**. Rio de Janeiro: IPEA, 1982. (mimeo).
- MALAGUTI, Manoel Luiz. **Interpretações dualistas do desenvolvimento latino-americano (método e teoria)**. Espírito Santo: UFES, 1999 (mimeo).
- MARQUES, Eliane Américo. **O emprego formal em setores selecionados em Criciúma (SC) entre 1991 e 1996**. Florianópolis, 1999, 47 p. (Monografia) Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões empregos nos anos 90.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000, 48p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Sistema RAIS. Brasília, 1986-2000 (CD-ROM).

_____. Disponível em: <<http://www.MTE.GOV.br>. Acesso em: 25/nov./ 2001.

OURIQUES, Helton Ricardo; VIEIRA, Pedro Antonio. **Emprego formal em Santa Catarina no período de 1989-1996: primeiras evidências.** Florianópolis: UFSC, 1999 (mimeo).

OURIQUES, Helton Ricardo. **A apologia do turismo em Florianópolis-SC: mitos e contradições.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1999. (mimeo).

PIRES, Glaicon. **A automatização e a transformação do trabalho bancário: um estudo de caso dos caixas do BESC.** Florianópolis, 1997, 67 p. (Monografia) Curso de Graduação de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego.** São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: contexto, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <http://www.PMF.GOV.br>> Acesso em: 20/out./ 2001.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução força global de trabalho.** São Paulo: Makron Books, 1995.

SABOIA, João. **Emprego industrial no Brasil situação atual e perspectivas para o futuro.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

SOUSA, Manoel Viana. **O emprego formal na região sul catarinense no período de 1985 a 1999.** Florianópolis, 2002, 106p. (Monografia) Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

STALLIVIERI, Fabio. **Uma análise empírica de trabalho formal de Santa Catarina no período de 1986-1999**: Um estudo de caso das microrregiões de Blumenau e Itajaí. Florianópolis, 2002, 71 p. (Monografia) Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

TRIVINOS, Augusto Nibal Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

ANEXOS

Anexo 1 - Percentual de PFT de SC por setor em função da remuneração em dezembro

Setores de Atividade Econômica:	1989			1999		
	0,5 - 4 Sal. Min.	4,1 - 10 Sal. Min.	Mais de 10,1 Sal. Min.	0,5 - 4 Sal. Min.	4,1 - 10 Sal. Min.	Mais de 10,1 Sal. Min.
Extrativa Mineral	69,54	26,04	4,43	45,45	49,70	4,84
Indústria de Transformação	70,56	23,91	5,52	69,63	25,36	5,01
Serviços Industr. De Utilidade Pública	22,29	36,18	41,54	19,88	28,93	51,19
Construção Civil	83,39	14,09	2,52	79,44	16,98	3,59
Comércio	82,44	14,35	3,21	82,09	15,51	2,40
Serviços	65,38	21,87	12,76	67,77	21,25	10,98
Administração Pública	53,15	30,16	16,69	38,04	44,06	17,90
Agropecuária, Extr Vegetal, Caca e Pesca	82,37	12,69	4,94	83,18	9,74	7,08
Total	67,86	22,90	9,24	66,25	25,01	8,73

Fonte: Stalivieri (2002)

Anexo 2 - Percentual de PFT de SC por setor em função do grau de instrução

Setores de Atividade Econômica:	1989			1999		
	Analf - 8º Série Inco	8º Série Comp-2º grau Comp.	Sup Inco - Sup Comp	Analf - 8º Série Inco	8º Série Comp-2º grau Comp.	Sup Inco - Sup Comp
Extrativa Mineral	72,28	24,69	3,03	51,94	42,97	5,09
Indústria de Transformação	68,85	27,66	3,49	44,94	47,92	7,13
Serviços Industr. De Utilidade Pública	51,59	32,41	16,00	31,57	28,16	40,27
Construção Civil	75,60	20,91	3,49	54,84	41,52	3,64
Comércio	41,19	55,15	3,66	26,31	68,70	4,99
Serviços	44,01	43,41	12,58	30,33	52,92	16,75
Administração Pública	31,79	41,80	26,41	22,89	43,52	33,59
Agropecuária, Extr Vegetal, Caça e Pesca	75,73	18,72	5,55	68,25	26,20	5,54
Total	53,57	36,97	9,46	36	50,79	13,62

Fonte: Stalivieri (2002)

Anexo 3 - Percentual de PFT de SC por setor em função da faixa etária

Setores de Atividade Econômica:	1989			1999		
	% dos PFT 10 a 24	% dos PFT 25 a 49	% dos PFT 50 ou Mais	% dos PFT 10 a 24	% dos PFT 25 a 49	% dos PFT 50 ou Mais
Extrativa Mineral	18,56	76,67	4,77	13,01	81,00	5,98
Indústria de Transformação	40,73	54,29	4,98	31,85	63,69	4,47
Serviços Industr. De Utilidade Pública	10,83	78,31	10,87	5,96	81,39	12,65
Construção Civil	30,70	60,31	8,99	22,54	68,57	8,89
Comércio	46,44	49,16	4,40	37,22	58,28	4,51
Serviços	30,17	63,18	6,65	23,37	68,61	8,02
Administração Pública	13,37	73,11	13,52	5,11	80,70	14,19
Agropecuária, Extr Vegetal, Caca e Pesca	37,64	56,00	6,37	24,72	66,20	9,08
Total	33,67	59,52	6,81	25,42	67,28	7,31

Fonte: Stalivieri (2002)

Anexo 4 - Percentual de PFT de SC por setor em função do tamanho da empresa

Setores de Atividade Econômica:	1989			1999		
	De 4 - 49 Empreg.	De 50 - 499 Empreg.	Mais de 500 Empreg.	De 4 - 49 Empreg.	De 50 - 499 Empreg.	Mais de 500 Empreg.
Extrativa Mineral	16,67	42,63	40,70	39,14	40,68	20,18
Indústria de Transformação	21,15	35,96	42,89	35,15	37,23	27,62
Serviços Industr. De Utilidade pública	10,87	35,71	53,42	19,30	61,09	19,61
Construção Civil	45,47	46,00	8,53	65,74	27,49	6,77
Comércio	71,43	27,58	0,99	82,62	16,59	0,78
Serviços	45,27	38,82	15,91	56,29	28,58	15,12
Administração pública	1,72	26,99	71,29	1,69	27,02	71,29
Agropecuária, Extr Vegetal, Caca e Pesca	34,10	39,90	26,01	54,33	31,09	14,58
Total	31,34	34,66	34,00	44,61	29,92	25,47

Fonte: Stalivieri (2002)

Anexo 5 - Percentual de PFT de SC em função do tempo de emprego

Setores de Atividade Econômica:	1989			1999		
	De 0,1 - 11,9 Meses	De 12 - 59,9 Meses	Mais de 60 Meses	De 0,1 - 11,9 Meses	De 12 - 59,9 Meses	Mais de 60 Meses
Extrativa Mineral	26,36	58,65	14,99	30,24	43,98	25,78
Indústria de Transformação	36,60	44,05	19,35	31,25	43,35	25,40
Serviços Industr. De Utilidade Pública	14,11	20,04	65,85	14,55	16,76	68,69
Construção Civil	61,37	32,59	6,04	56,04	37,29	6,68
Comércio	44,72	42,96	12,33	40,49	46,47	13,04
Serviços	35,63	40,26	24,11	34,21	41,71	24,08
Administração Pública	12,11	29,05	58,84	8,96	22,39	68,65
Agropecuária, Extr Vegetal, Caca e Pesca	38,00	42,99	19,01	39,20	36,12	24,68
Total	33,86	40,19	25,96	30,95	39,44	29,61

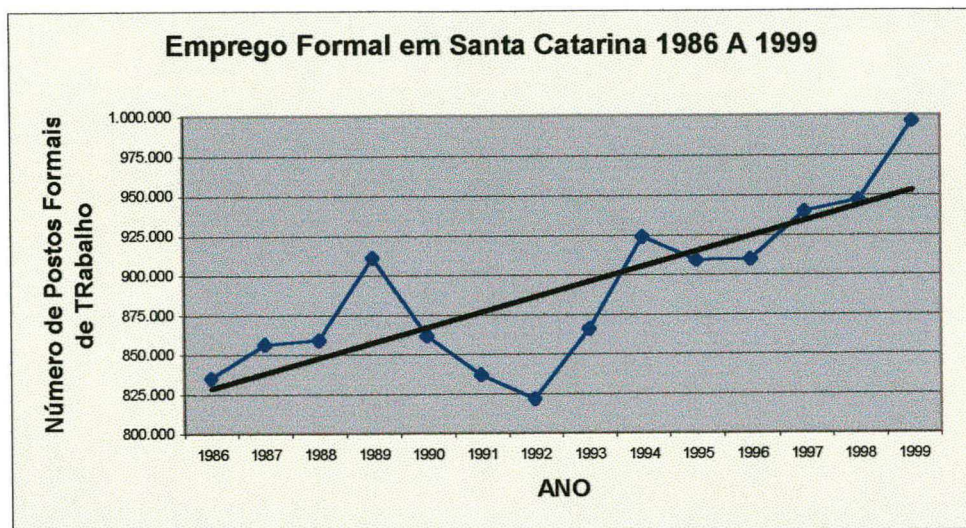
Fonte: Stalivieri (2002)

Anexo 6 - Percentual de PFT de SC por setor em função do gênero

	1989					1999				
	M	F	Total	% M	% F	M	F	Total	% M	% F
Extrativa Mineral	9.752	280	10.032	97,21	2,79	4.856	292	5.148	94,33	5,67
Indústria de Transformação	240.984	114.052	355.036	67,88	32,12	230.848	106.179	337.027	68,50	31,50
Serviços Indústria de Utilidade Pública	12.968	2.344	15.312	84,69	15,31	9.917	1.762	11.679	84,91	15,09
Construção Civil	19.543	1.352	20.895	93,53	6,47	31.767	2.126	33.893	93,73	6,27
Comércio	70.768	41.872	112.640	62,83	37,17	100.537	61.230	161.767	62,15	37,85
Serviços	143.644	80.229	223.873	64,16	35,84	146.377	114.133	260.510	56,19	43,81
Administração Pública	69.743	61.611	131.354	53,10	46,90	73.802	80.520	154.322	47,82	52,18
Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca	12.880	2.858	15.738	81,84	18,16	24.606	5.713	30.319	81,16	18,84
Total	580.282	304.598	884.880	65,58	34,42	622.710	371.955	994.665	62,60	37,40

Fonte: Stalivieri (2002)

Anexo 7 - Gráfico do emprego formal em Santa Catarina no período de 1986 a 1999



Fonte: Rais (1986-2000)

Anexo 8: PFT na microrregião de Florianópolis

Setor/Subsetor	1986	sub/total	1987	sub/total	1988	sub/total	1989	sub/total	1990	sub/total	1991	sub/total	1992	sub/total
Extrativa mineral	171	0,09	209	0,11	191	0,11	264	0,14	171	0,09	151	0,08	186	0,10
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.217	0,65	1.462	0,76	1.526	0,84	1.297	0,69	1.121	0,60	1.191	0,65	1.340	0,73
Indústria metalúrgica	284	0,15	332	0,17	340	0,19	385	0,20	442	0,24	393	0,22	354	0,19
Indústria mecânica	79	0,04	101	0,05	130	0,07	119	0,06	136	0,07	155	0,09	151	0,08
Indústria do material elétrico e de comunicação	387	0,21	421	0,22	436	0,24	756	0,40	703	0,38	574	0,32	370	0,20
Indústria do material de transporte	30	0,02	56	0,03	50	0,03	101	0,05	111	0,06	92	0,05	29	0,02
Indústria da madeira e do mobiliário	1.670	0,89	1.716	0,90	1.761	0,97	2.001	1,06	1.866	1,00	1.677	0,92	1.681	0,92
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	366	0,20	409	0,21	474	0,26	568	0,30	597	0,32	638	0,35	479	0,26
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares	343	0,18	453	0,24	492	0,27	522	0,28	603	0,32	609	0,33	486	0,27
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários	620	0,33	732	0,38	755	0,42	846	0,45	750	0,40	723	0,40	787	0,43
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1.620	0,86	1.608	0,84	1.781	0,99	2.110	1,11	2.095	1,12	2.025	1,11	1.849	1,01
Indústria de calçados	121	0,06	90	0,05	63	0,03	97	0,05	78	0,04	85	0,05	92	0,05
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1.677	0,90	1.811	0,94	1.674	0,93	2.008	1,06	1.814	0,97	2.017	1,11	1.911	1,04
Serviços industriais de utilidade pública	6.297	3,36	6.100	3,18	6.353	3,51	6.790	3,59	6.536	3,50	5.331	2,93	4.752	2,60
Construção civil	3.315	1,77	3.311	1,73	4.776	2,64	4.920	2,60	3.742	2,00	4.565	2,51	5.155	2,82
Comércio varejista	15.372	8,20	15.340	8,00	16.345	9,04	17.933	9,47	16.592	8,89	14.700	8,08	14.641	8,00
Comércio atacadista	2.229	1,19	2.292	1,20	2.303	1,27	2.578	1,36	2.643	1,42	2.638	1,45	2.766	1,51
Instituições de crédito, seguros e capitalização	8.130	4,34	7.626	3,98	4.755	2,63	11.744	6,20	11.425	6,12	10.666	5,86	10.321	5,64
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários	11.991	6,40	12.901	6,73	12.826	7,10	12.908	6,82	11.773	6,31	12.224	6,72	9.988	5,46
Transportes e comunicações	5.863	3,13	6.220	3,24	6.640	3,67	6.561	3,47	5.910	3,17	6.572	3,61	6.792	3,71
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção	26.958	14,39	26.494	13,82	28.349	15,68	27.326	14,43	25.337	13,57	22.733	12,49	21.642	11,82
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	3.305	1,76	4.108	2,14	5.126	2,84	5.040	2,66	5.653	3,03	5.732	3,15	1.283	0,70
Ensino	1.384	0,74	1.625	0,85	1.671	0,92	1.721	0,91	1.585	0,85	1.586	0,87	1.342	0,73
Administração pública direta e autárquica	92.089	49,15	92.059	48,01	77.493	42,87	75.428	39,84	76.413	40,94	73.864	40,59	81.079	44,28
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo	1.838	0,98	1.625	0,85	1.502	0,83	1.327	0,70	1.336	0,72	944	0,52	1.508	0,82
Total	187.356	100,00	191.731	100,00	180.753	100,00	189.331	100,00	186.665	100,00	181.973	100,00	183.093	100,00

Elaboração da autora, com base em dados da RAIS (1986-2000)

Continuação

Sector/Subsector	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	sub/total	sub/total	sub/total	sub/total	sub/total	sub/total	sub/total	sub/total	sub/total	sub/total	
Extrativa mineral	163	0,09	416	0,21	303	0,16	332	0,17	248	0,13	264	0,13	324	0,15	321	0,15	321	0,15	0,15
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.047	0,57	662	0,34	720	0,37	1.012	0,53	1.174	0,59	1.333	0,66	1.477	0,70	1.259	0,58	1.259	0,58	0,58
Indústria metalúrgica	302	0,16	565	0,28	543	0,28	607	0,32	700	0,35	818	0,40	928	0,44	979	0,45	979	0,45	0,45
Indústria mecânica	198	0,11	414	0,21	357	0,19	382	0,20	414	0,21	436	0,22	541	0,26	465	0,21	465	0,21	0,21
Indústria do material eléctrico e de comunicações	470	0,26	543	0,28	562	0,30	474	0,25	743	0,38	789	0,39	988	0,47	1.210	0,55	1.210	0,55	0,55
Indústria do material de transporte	53	0,03	168	0,09	138	0,07	115	0,06	136	0,07	146	0,07	144	0,07	120	0,05	120	0,05	0,05
Indústria da madeira e do mobiliário	2.032	1,10	2.045	1,05	1.901	0,99	1.867	0,97	1.966	1,00	1.855	0,92	2.052	0,97	1.729	0,79	1.729	0,79	0,79
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	487	0,26	1.217	0,63	980	0,51	1.313	0,68	1.402	0,71	1.414	0,70	1.312	0,62	1.260	0,58	1.260	0,58	0,58
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, li	494	0,27	520	0,27	388	0,20	405	0,21	1.466	0,74	436	0,22	220	0,10	394	0,18	394	0,18	0,18
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinári	1.026	0,56	1.104	0,57	1.179	0,61	1.327	0,69	1.362	0,69	1.364	0,67	1.514	0,72	1.704	0,78	1.704	0,78	0,78
Indústria têxtil do vestuário e artefactos de tecidos	2.166	1,18	2.353	1,21	1.941	1,01	1.904	0,99	1.786	0,90	1.748	0,86	1.759	0,83	1.822	0,83	1.822	0,83	0,83
Indústria de calçados	84	0,05	92	0,05	67	0,03	51	0,03	17	0,01	23	0,01	16	0,01	27	0,01	27	0,01	0,01
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool	2.390	1,30	2.569	1,32	2.848	1,48	3.046	1,58	3.017	1,53	3.184	1,57	3.619	1,71	3.083	1,41	3.083	1,41	1,41
Serviços industriais de utilidade pública	5.546	3,02	6.106	3,14	6.410	3,32	4.901	2,55	4.211	2,13	5.123	2,53	3.734	1,77	3.142	1,44	3.142	1,44	1,44
Construção civil	5.781	3,14	8.196	4,21	7.564	3,92	8.820	4,59	9.030	4,57	9.364	4,62	8.904	4,21	10.029	4,59	10.029	4,59	4,59
Comércio varejista	15.573	8,47	19.442	9,89	20.039	10,39	20.728	10,79	21.658	11,07	22.982	11,35	24.539	11,60	27.770	12,69	27.770	12,69	12,69
Comércio atacadista	3.128	1,70	3.914	2,01	4.128	2,14	4.123	2,15	4.154	2,10	3.923	1,94	4.032	1,91	4.332	1,98	4.332	1,98	1,98
Instituições de crédito, seguros e capitalização	7.160	3,89	8.351	4,29	6.934	3,60	6.222	3,24	6.661	3,37	5.961	2,94	5.588	2,64	5.566	2,54	5.566	2,54	2,54
Com. e administração de imóveis, valores mobiliár	9.683	5,26	13.696	7,04	14.600	7,57	15.952	8,30	17.843	9,03	20.022	9,89	19.314	9,13	21.353	9,76	21.353	9,76	9,76
Transportes e comunicações	5.383	2,93	9.946	5,11	9.738	5,05	8.844	4,60	9.652	4,89	8.799	4,35	10.187	4,82	9.982	4,56	9.982	4,56	4,56
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, mai	20.400	11,09	18.784	9,65	18.316	9,50	19.872	10,34	21.905	11,09	21.624	10,68	26.782	12,66	27.813	12,71	27.813	12,71	12,71
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.481	0,81	2.670	1,37	3.201	1,66	3.301	1,72	3.428	1,74	3.725	1,84	3.935	1,86	4.035	1,84	4.035	1,84	1,84
Ensino	1.251	0,66	2.596	1,33	3.695	1,93	4.565	2,38	4.741	2,40	5.603	2,77	6.109	2,89	6.818	3,12	6.818	3,12	3,12
Administração pública direta e autárquica	81.808	44,47	69.448	35,68	76.729	39,80	79.320	41,27	77.087	39,03	79.242	39,14	81.040	38,32	81.368	37,20	81.368	37,20	37,20
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrat	1.307	0,71	2.417	1,24	2.424	1,28	2.337	1,22	2.434	1,23	2.287	1,13	2.391	1,13	2.182	1,00	2.182	1,00	1,00
Total	183.969	100,00	194.622	100,00	192.794	100,00	192.189	100,00	197.504	100,00	202.463	100,00	211.498	100,00	218.811	100,00	218.811	100,00	100,00

Elaboração da autora, com base em dados da RAIS (1986-2000)

continuação

Anexo 9- PFT em Santa Catarina

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Extrativa mineral	13.290	13.123	11.007	10.032	7.544	7.208	5.451	5.596	5.954	5.678	4.127	4.699	4.657	5.148	5.441
Indústria de produtos minerais não metálicos	25.540	28.070	29.824	32.319	26.863	22.173	19.692	19.569	20.962	20.010	19.738	20.519	21.214	22.085	22.017
Indústria metalúrgica	25.020	25.546	24.320	26.718	22.198	18.500	18.596	20.457	21.609	22.116	25.694	20.594	21.253	29.704	27.218
Indústria mecânica	25.446	26.909	26.055	29.829	25.246	25.154	23.040	24.693	30.348	24.145	23.160	21.154	20.737	21.625	22.519
Indústria do material elétrico e de comunicação	9.901	10.764	10.853	11.380	10.423	8.329	8.162	8.163	9.412	10.272	10.109	9.699	9.182	9.536	10.398
Indústria do material de transporte	4.662	4.856	4.332	4.694	5.707	6.372	5.910	5.795	5	7.719	7.211	7.668	7.432	7.133	8.333
Indústria da madeira e do mobiliário	62.586	60.945	61.264	63.372	52.416	50.534	50.127	54.524	57.001	52.879	52.819	54.858	52.276	59.785	62.948
Indústria do papel, papelão, editorial	14.743	15.928	16.388	17.375	14.541	15.702	15.282	14.200	17.805	18.367	18.260	18.408	17.496	17.131	18.395
Ind. da borracha, fumo, couros, peles	8.008	8.141	8.657	8.860	7.828	7.899	7.611	9.456	5.704	5.499	5.669	6.923	5.463	5.950	7.026
Ind. química de produtos farmacêuticos	17.283	17.661	17.863	19.772	18.462	18.006	16.739	17.957	18.394	19.690	19.592	21.601	22.248	22.993	25.723
Indústria têxtil do vestuário e artefato	87.800	86.465	84.832	91.038	83.513	78.363	71.398	85.489	98.987	92.174	87.490	84.237	83.577	86.558	102.664
Indústria de calçados	11.545	9.570	8.208	8.628	7.161	5.211	5.591	6.689	5.750	3.795	3.240	2.881	2.842	3.218	3.999
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e fumo	39.812	40.354	37.254	41.051	40.552	38.817	37.192	37.705	51.697	53.409	52.780	53.571	49.408	51.309	56.936
Serviços industriais de utilidade pública	13.151	12.955	13.834	15.312	15.151	13.708	12.669	13.440	15.183	14.409	12.779	12.233	13.462	11.679	11.094
Construção civil	14.518	14.989	17.624	20.895	18.882	20.806	22.279	23.532	35.144	34.089	34.333	35.730	36.804	33.893	36.909
Comércio varejista	86.438	86.589	88.562	93.435	89.900	83.357	78.808	82.736	107.259	109.886	113.926	126.707	129.705	137.362	452.294
Comércio atacadista	16.561	16.839	17.715	19.205	18.712	17.784	18.341	19.184	20.528	23.526	20.153	22.492	23.226	24.405	27.388
Instituições de crédito, seguros e capitais	26.069	24.880	19.711	27.215	25.340	23.294	21.485	21.952	22.471	19.936	18.704	18.545	17.266	16.753	17.986
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários e outros	49.752	54.186	55.227	62.198	57.780	55.499	52.722	54.118	44.276	46.164	51.389	57.372	62.321	68.915	79.846
Transportes e comunicações	28.996	31.786	33.098	34.343	30.945	31.170	29.516	26.607	41.484	41.476	40.998	45.538	44.256	44.696	46.795
Serv. de alojamento, alimentação, recreação e turismo	71.577	76.379	79.325	80.732	76.534	73.172	69.733	67.422	55.483	61.361	64.415	70.575	73.804	79.126	84.915
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	10.815	12.881	14.445	15.536	16.842	18.436	12.691	12.994	19.723	20.443	22.498	23.513	23.862	23.802	24.557
Ensino	3.124	3.585	3.690	3.849	3.694	3.775	3.323	3.122	10.099	25.718	22.423	23.949	27.668	27.218	30.867
Administração pública direta e autarquias	154.004	156.318	152.00	135.119	135.255	131.696	138.737	140.079	141.144	142.081	147.581	146.343	148.768	154.322	152.424
Agricultura, silvicultura, criação de animais	12.038	13.983	14.059	15.738	14.790	15.046	16.132	17.969	30.396	29.067	28.838	29.658	27.955	30.319	29.501
Total	834.697	856.088	858.681	910.724	861.523	836.768	821.482	865.650	923.592	908.745	910	939.741	947.016	996.439	1.068.245

Elaboração da autora, com base em dados da RAIS (1986-2000)

Setores	Microrregião		Santa Catarina		Região SC		Microrregião		Santa Catarina	
	Nº absoluto	Sub/Tot	Nº absoluto	Sub/Tot	Nº absoluto	Sub/Tot	Nº absoluto	Sub/Tot	Nº absoluto	Sub/Tot
Extrativa mineral	171	0,09	13.290	1,59	1,29	321	0,15	5.441	0,51	5,90
Indústria de produtos minerais não	1.217	0,65	25.540	3,06	4,77	1.259	0,58	22.017	2,06	5,72
Indústria metalúrgica	284	0,15	25.020	3,00	1,14	979	0,45	27.218	2,55	3,60
Indústria mecânica	79	0,04	25.446	3,05	0,31	465	0,21	22.519	2,11	2,06
Indústria do material elétrico e de c	387	0,21	9.901	1,19	3,91	1.210	0,55	10.398	0,97	11,64
Indústria do material de transporte	30	0,02	4.662	0,56	0,64	120	0,05	8.333	0,78	1,44
Indústria da madeira e do mobiliário	1.670	0,89	62.586	7,5	2,67	1.729	0,79	62.948	5,89	2,75
Indústria do papel, papelão, editoria	366	0,20	14.743	1,77	2,48	1.260	0,58	18.395	1,72	6,85
Ind. da borracha, fumo, couros, pel	343	0,18	8.008	0,96	4,28	394	0,18	7.028	0,66	5,61
Ind. química de produtos farmacêut	620	0,33	17.283	2,07	3,59	1.704	0,78	25.723	2,41	6,62
Indústria têxtil do vestuário e artefa	1.620	0,86	87.800	10,52	1,85	1.822	0,83	102.664	9,61	1,77
Indústria de calçados	121	0,06	11.545	1,38	1,05	27	0,01	3.999	0,37	0,68
Indústria de produtos alimentícios,	1.677	0,90	39.812	4,77	4,21	3.083	1,41	56.936	5,33	5,41
Serviços industriais de utilidade públ	6.297	3,36	13.151	1,58	47,88	3.142	1,44	11.094	1,04	28,32
Construção civil	3.315	1,77	14.518	1,74	22,83	10.029	4,58	36.909	3,46	27,17
Comércio varejista	15.372	8,20	86.438	10,36	17,78	27.770	12,69	152.294	14,26	18,23
Comércio atacadista	2.229	1,19	16.561	1,98	13,46	4.332	1,98	27.388	2,56	15,82
Instituições de crédito, seguros e ca	8.130	4,34	26.069	3,12	31,19	5.556	2,54	17.986	1,68	30,89
Com. e administração de imóveis, v	11.991	6,40	49.752	5,96	24,10	21.353	9,76	79.846	7,47	26,74
Transportes e comunicações	5.863	3,13	28.996	3,47	20,22	9.982	4,56	46.795	4,38	21,33
Serv. de alojamento, alimentação, r	26.958	14,39	71.577	8,58	37,66	27.813	12,71	84.915	7,95	32,75
Serviços médicos, odontológicos e	3.305	1,76	10.815	1,30	30,56	4.035	1,84	24.557	2,3	16,43
Ensino	1.384	0,74	3.124	0,37	44,30	6.818	3,12	30.867	2,89	22,09
Administração pública direta e autá	92.089	49,15	154.004	18,45	59,80	81.388	37,20	152.424	14,27	53,40
Agricultura, silvicultura, criação de	1.838	0,98	12.038	1,44	15,27	2.182	1,00	29.501	2,76	7,40
Total	187.356	100,00	834.697	100	22,45	218.811	100,00	1.068.245	100	20,48

Elaboração da autora, com base nos dados da RAIS

Anexo 11- PFT na microrregião de Florianópolis, por subperíodos selecionados

Setor/Subsetor	1º sub período			2º subperíodo			3º subperíodo			4º subperíodo			
	1986	1987	Total	1987	1988	Total	1988	1989	Total	1989	1990	1991	Total
Extrativa mineral	171	209	38	209	191	-18	191	264	73	264	171	151	-113
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.217	1.462	245	1.462	1.526	64	1.526	1.297	-229	1.297	1.121	1.191	-106
Indústria metalúrgica	284	332	48	332	340	8	340	385	45	385	442	393	8
Indústria mecânica	79	101	22	101	130	29	130	119	-11	119	136	155	36
Indústria do material elétrico e de comunicação	387	421	34	421	436	15	436	756	320	756	703	574	-182
Indústria do material de transporte	30	56	26	56	50	-6	50	101	51	101	111	92	-9
Indústria da madeira e do mobiliário	1.670	1.716	46	1.716	1.761	45	1.761	2.001	240	2.001	1.866	1.677	-324
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfico	366	409	43	409	474	65	474	568	94	568	597	638	70
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similes	343	453	110	453	492	39	492	522	30	522	603	609	87
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários	620	732	112	732	755	23	755	846	91	846	750	723	-123
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de têxtil	1.620	1.608	-12	1.608	1.781	173	1.781	2.110	329	2.110	2.095	2.025	-85
Indústria de calçados	121	90	-31	90	63	-27	63	97	34	97	78	85	-12
Indústria de produtos alimentícios, bebidas	1.677	1.811	134	1.811	1.674	-137	1.674	2.008	334	2.008	1.814	2.017	9
Serviços industriais de utilidade pública	6.297	6.100	-197	6.100	6.353	253	6.353	6.790	437	6.790	6.536	5.331	-1.459
Construção civil	3.315	3.311	-4	3.311	4.776	1.465	4.776	4.920	144	4.920	3.742	4.565	-355
Comércio varejista	15.372	15.340	-32	15.340	16.345	1.005	16.345	17.933	1.588	17.933	16.592	14.700	-3.233
Comércio atacadista	2.229	2.292	63	2.292	2.303	11	2.303	2.578	275	2.578	2.643	2.638	60
Instituições de crédito, seguros e capitalização	8.130	7.626	-504	7.626	4.755	-2.871	4.755	11.744	6.989	11.744	11.425	10.666	-1.078
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários	11.991	12.901	910	12.901	12.826	-75	12.826	12.908	82	12.908	11.773	12.224	-684
Transportes e comunicações	5.863	6.220	357	6.220	6.640	420	6.640	6.561	-79	6.561	5.910	6.572	11
Serv. de alojamento, alimentação, reparação e manutenção	26.958	26.494	-464	26.494	28.349	1.855	28.349	27.326	-1.023	27.326	25.337	22.733	-4.593
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	3.305	4.108	803	4.108	5.126	1.018	5.126	5.040	-86	5.040	5.653	5.732	692
Ensino	1.384	1.625	241	1.625	1.671	46	1.671	1.721	50	1.721	1.585	1.586	-135
Administração pública direta e autárquica	92.089	92.059	-30	92.059	77.493	-14.566	77.493	75.428	-2.065	75.428	76.413	73.864	-1.564
Agricultura, silvicultura, criação de animais	1.838	1.625	-213	1.625	1.502	-123	1.502	1.327	-175	1.327	1.336	944	-383
Total	187.356	191.731	4.375	191.731	180.753	-10.978	180.753	189.331	8.578	189.331	186.665	181.973	-7.358

Elaboração do próprio autora, com base em dados da RAIS (1986-2000)

Continuação

Setor/Subsetor	5º subperíodo					6º subperíodo					7º subperíodo					Total
	1991	1992	1993	1994	Total	1994	1995	1996	Total	1996	1997	1998	1999	2000		
Extrativa mineral	151	186	163	416	265	416	303	332	-84	332	248	264	324	321	-11	
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.191	1.340	1.047	662	-529	662	720	1.012	350	1.012	1.174	1.333	1.477	1.259	247	
Indústria metalúrgica	393	354	302	565	172	565	543	607	42	607	700	818	928	979	372	
Indústria mecânica	155	151	198	414	259	414	357	382	-32	382	414	436	541	465	83	
Indústria do material elétrico e de comunicações	574	370	470	543	-31	543	582	474	-69	474	743	789	998	1.210	736	
Indústria do material de transporte	92	29	53	168	76	168	138	115	-53	115	136	146	144	120	5	
Indústria da madeira e do mobiliário	1.677	1.681	2.032	2.045	368	2.045	1.901	1.867	-178	1.867	1.966	1.855	2.052	1.729	-138	
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	638	479	487	1.217	579	1.217	980	1.313	96	1.313	1.402	1.414	1.312	1.260	-53	
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares	609	486	484	520	-89	520	388	405	-115	405	1.466	436	220	394	-11	
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários	723	787	1.026	1.104	381	1.104	1.179	1.327	223	1.327	1.362	1.364	1.514	1.704	377	
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido	2.025	1.849	2.166	2.353	328	2.353	1.941	1.904	-449	1.904	1.786	1.748	1.759	1.822	-82	
Indústria de calçados	85	92	84	92	7	92	67	51	-41	51	17	23	16	27	-24	
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool	2.017	1.911	2.390	2.569	552	2.569	2.848	3.046	477	3.046	3.017	3.184	3.619	3.083	37	
Serviços industriais de utilidade pública	5.331	4.752	5.548	6.106	775	6.106	6.410	4.901	-1.205	4.901	4.211	5.123	3.734	3.142	-1.759	
Construção civil	4.565	5.155	5.781	8.196	3.631	8.196	7.564	8.820	624	8.820	9.030	9.364	8.904	10.029	1.209	
Comércio varejista	14.700	14.641	15.573	19.442	4.742	19.442	20.039	20.728	1.286	20.728	21.858	22.982	24.539	27.770	7.042	
Comércio atacadista	2.638	2.766	3.128	3.914	1.276	3.914	4.128	4.123	209	4.123	4.154	3.923	4.032	4.332	209	
Instituições de crédito, seguros e capitalização	10.666	10.321	7.160	8.351	-2.315	8.351	6.934	6.222	-2.129	6.222	6.661	5.961	5.588	5.556	-666	
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários	12.224	9.988	9.683	13.696	1.472	13.696	14.600	15.952	2.256	15.952	17.843	20.022	19.314	21.353	5.401	
Transportes e comunicações	6.572	6.792	5.363	9.946	3.374	9.946	9.738	8.844	-1.102	8.844	9.652	8.799	10.187	9.982	1.138	
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, reparação, reparação	22.733	21.642	20.400	18.784	-3.949	18.784	18.316	19.872	1.088	19.872	21.905	21.624	26.782	27.813	7.941	
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	5.732	1.283	1.481	2.670	-3.062	2.670	3.201	3.301	631	3.301	3.428	3.725	3.935	4.035	734	
Ensino	1.586	1.342	1.251	2.596	1.010	2.596	9.695	4.565	1.969	4.565	4.741	5.603	6.109	6.818	2.253	
Administração pública direta e autárquica	73.864	81.079	81.808	69.448	-4.416	69.448	76.729	79.320	9.872	79.320	77.087	79.242	81.040	81.388	2.068	
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo	944	1.508	1.307	2.417	1.473	2.417	2.424	2.337	-80	2.337	2.434	2.287	2.391	2.182	-155	
Total	181.973	183.093	183.969	194.622	12.649	194.622	192.794	192.189	-2.433	192.189	197.504	202.483	211.498	218.811	26.622	

Elaboração do próprio autor, com base em dados da RAIS (1986-2000)